



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - DCHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLAN TERR
MESTRADO PROFISSIONAL**

DAVI MENDES LEITE

**TERRITORIALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
POSSIBILIDADE DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE DE LAGOA GRANDE, NO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA –
FEIRA DE SANTANA (BA)**

DAVI MENDES LEITE

**TERRITORIALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
POSSIBILIDADE DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE DE LAGOA GRANDE NO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA –
FEIRA DE SANTANA (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Feira de Santana

2022

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

L55t Leite, Davi Mendes
Territorialização financeira e desenvolvimento local: a possibilidade de um banco comunitário de desenvolvimento na comunidade de Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria - Feira de Santana (BA) / Davi Mendes Leite. –, 2022.
86f.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira Lima
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2022.

1. Territorialização financeira. 2. Finanças solidárias. 3. Exclusão financeira. 4. Desenvolvimento local. I. lima, José Raimundo Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 71 (814.22)

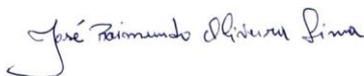
DAVI MENDES LEITE

**TERRITORIALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A
POSSIBILIDADE DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO NA
COMUNIDADE DE LAGOA GRANDE, NO DISTRITO DE MARIA QUITÉRIA –
FEIRA DE SANTANA (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 01 de abril de 2022.

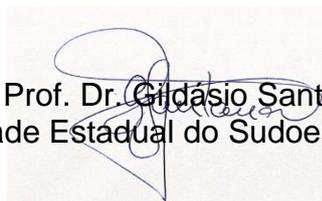
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima – Orientador
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Prof^a. Dr^a. Alessandra Oliveira Teles
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Prof. Dr. Gilásio Santana Júnior
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

AGRADECIMENTOS

Difícil dizer todas as pessoas a quem poderia agradecer. A pandemia tornou o processo de pesquisa ainda mais solitário, frio e enfadonho. Esse contexto tornou ainda mais importante as relações de amizade, solidariedade, cooperação e empatia e os espaços coletivos que nos dão sustentação foram essenciais. Em primeiro lugar e não por praxe, agradeço à minha família – em meio às perdas de familiares nos mantivemos unidos.

Tudo que passa, passa por Feira de Santana, e nesse local de encontros encontrei na luta por um mundo mais justo pessoas especiais. Um salve a todos os companheiros da Ação Popular Socialista, esse trabalho é também instrumento nosso! Agradeço, especialmente, a Caetano, Marcela e Maria, que me acolheram em um momento de incertezas, em um momento importante para adentrar ao mestrado. A Jhon pelo processo de revisão do projeto, à Rafaela pela revisão textual, a Coala (Walace) pelas conversas e truques de escrita.

À Incubadora de Iniciativas de economia Popular e Solidária por meio do Grupo de Pesquisa em Economia Popular e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL) e à Paloma e Daniela por juntos nos proporcionamos ricos debates coletivos. À Associação Comunitária dos Moradores de Maria Quitéria por proporcionar as entrevistas.

À turma 7 do Programa de Mestrado em Planejamento Territorial, e aqui a menção especial a Diego, meu parceiro de mestrado e agora amigo de vida e luta! Ao Programa pelo diálogo estabelecido com os estudantes, bem como pelo esforço em melhorar as condições de estudo dentro do limite das dificuldades impostas pela falta de estruturação que a Universidade vem sofrendo.

À Universidade Pública, meu reconhecimento pela sua importância e pelo espaço de luta que é!

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar as possibilidades de um banco comunitário na comunidade quilombola da Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, no município Feira de Santana (BA). No atual estágio do capitalismo, a financeirização tem sido o principal caminho de acesso a produtos financeiros, no entanto os caminhos da bancarização são acompanhadas por barreiras de acesso e uso de produtos financeiros para populações de menor renda e mais afastadas das agências bancárias. Assim, a hipótese foi de que as finanças solidárias podem ser um instrumento de territorialização financeira que promova desenvolvimento local, sendo uma alternativa de inclusão financeira. Para essa análise se optou por fazer uma pesquisa qualitativa exploratória, uma vez que não existe estudo específico sobre a exclusão financeira em Feira de Santana. Se utilizou de entrevistas semiestruturadas para analisar como se dá o uso das finanças no território estudado e da espacialização das agências bancárias para entender a distribuição das agências no município e seus possíveis efeitos nas condições de acesso. Foi possível identificar por meio de categorias utilizadas e dos mapas que a concentração espacial das agências é um fator dificultador no acesso a serviços financeiros. Isso ocorre devido à distância e à necessidade de outros serviços como transporte para o acesso bancário, além de acompanhar custos adicionais. Se identificou também que existem práticas financeiras locais formais e informais que acabam se tornando alternativas, e que essas práticas locais podem ser exploratórias ou solidárias. Conclui-se que um Banco Comunitário na comunidade, além de servir como alternativa de inclusão tradicional por meio da financeirização, se constitui como alternativa às práticas exploratórias locais e como potencializador na organização das práticas financeiras solidárias já existentes, bem como das iniciativas de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Finanças Solidárias, Territorialização Financeira, Exclusão Financeira, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the possibilities of a community bank in the Lagoa Grande quilombola community, in the Maria Quitéria rural district, in Feira de Santana municipality, in Bahia state (Brazil). In the current stage of capitalism, financialization has been the main way of accessing financial products, however the ways of banking are accompanied by barriers to access and use of financial products for lower income populations and further away from bank branches. Thus, the hypothesis was that solidarity finance can be an instrument of financial territorialization that promotes local development, being an alternative of financial inclusion. For this analysis, an exploratory qualitative research was chosen, since there is no specific study on financial exclusion in Feira de Santana. Semi-structured interviews were used to analyze how finance is used in the studied territory and the spatialization of bank branches to understand how the location and distribution of branches in the municipality occurs and its possible effects on access conditions. It was possible to identify through the utilized categories and maps that the spatial concentration of the agencies is a hindering factor in the access to financial services. This is due to the distance and the need for other services such as transport to bank access, beyond to additional costs. It was also identified that there are formal and informal local financial practices that becoming alternatives, and that these local practices can be exploratory or solidary. It is concluded that a Community Bank in Lagoa Grande, in addition to serving as an alternative of traditional inclusion through financialization, constitutes an alternative to local exploratory practices and as a potentializer in the organization of existing solidary financial practices, as well as local development initiatives.

Keywords: Solidarity Finance, Financial Territorialization, Financial Exclusion, Local Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Correlação da distribuição espacial das agências por faixa de renda dos setores censitários	35
Figura 2	Localização das agências bancárias por área, bairro e densidade populacional	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quantitativo de bancos comunitários atualmente existentes no Brasil filiados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários por região geográfica	29
Quadro 2	Relação entre agências bancárias de Feira de Santana (BA), localização por bairro e tamanho da população	37
Quadro 3	Cinco bairros mais populosos de Feira de Santana	38
Quadro 4	Perfil Socioeconômico das pessoas entrevistadas	59
Quadro 5	Acesso e uso de serviços financeiros pelas pessoas entrevistadas	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMAQ	Associação Comunitária de Moradores de Maria Quitéria
BCB	Banco Central do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEPS	Incubadora de Iniciativas da Economia Solidária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: APROXIMAÇÕES ENTRE FINANÇAS E TERRITÓRIO.....	15
2.1	FINANCEIRIZAÇÃO E TERRITÓRIO.....	15
2.2	EXCLUSÃO FINANCEIRA E TERRITÓRIO	17
2.2.1	Perspectiva de Desenvolvimento local.....	20
2.2.2	Finanças Solidárias	22
2.2.3	Concepção e perspectiva da territorialização financeira solidária	24
2.2.4	Praticas de inclusão financeira solidária como alternativa	26
2.2.5	A trajetória dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil....	27
3	METODOLOGIA.....	30
3.1	ANÁLISE ESPACIAL	31
3.2	ENTREVISTAS.....	31
4	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA OFERTA DE SERVIÇO BANCÁRIO EM FEIRA DE SANTANA.....	34
5	ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTO DA ANÁLISE	41
5.1	A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE.....	41
5.2	PRÉ – ANÁLISE	42
5.2.1	Primeiro Bloco de Registro: apreensão dos significados	45
5.2.2	Segundo Bloco de Registro: categorização	54
5.3	ANÁLISE E DISCUSSÃO GERAL	58
5.3.1	Categorias de análise e as finanças solidárias.....	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A – Bancos comunitários atualmente existentes no Brasil filiados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários	75
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada utilizada na pesquisa	81
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	84

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta a análise de viabilidade de implantação de um banco comunitário de desenvolvimento no Quilombo da Lagoa Grande, localizado no distrito de Maria Quitéria, no município de Feira de Santana, na Bahia. Experiências de bancos comunitários, conforme (COSTA, 2010), podem ser instrumentos de indução do desenvolvimento local. Essa possibilidade é devido à tipologia própria que difere dos bancos tradicionais e se caracteriza pelas técnicas financeiras constituídas a partir das finanças solidárias.

A análise de viabilidade proposta tem como pressuposto uma crítica à financeirização. No atual estágio do capitalismo, as finanças exercem um papel preponderante na vida das pessoas e nas relações sociais, constituindo uma dimensão essencial na organização da sociedade. Todavia, o processo de financeirização, que é constituinte do capital, traz consigo contradições do próprio sistema. Pois, ao mesmo tempo em que as finanças se tornam um padrão dominante de riqueza, promovem também a exclusão financeira de grande massa da população, acarretando processos de desenvolvimento que fortalecem a exclusão social.

Nesse sentido, os critérios de análise de viabilidade se tornam distintos do que é o padrão das análises de mercado, em especial nas análises de taxa de lucratividade proveniente das operações financeiras como é o tradicional da indústria bancária. Os critérios colocados para análise de viabilidade, portanto, se encontram nas características da exclusão financeira existente no território.

No Brasil, existem atualmente 129 bancos comunitários de desenvolvimento (SILVA; CARNEIRO, 2016). Em âmbito nacional, o surgimento dessa tipologia bancária aconteceu na década de 1990, no bairro Palmeiras, no município de Fortaleza, no estado do Ceará. Nesse contexto, a criação de um primeiro banco comunitário foi fruto do processo de organização popular, devido às remoções de moradores que foram realocados para a área que se tornaria o bairro Palmeiras.

Diante desse cenário, os moradores decidiram se organizar para enfrentar a pobreza, uma vez que se identificava a necessidade de desenvolver a comunidade. No entanto, um dos principais problemas era que boa parte da renda existente na área não era consumida na comunidade, e sim em outros locais. A partir de então, analisou-se a necessidade de priorizar ações na comunidade para a geração de renda local. A ação estruturante para essa estratégia viria a ser o Banco Comunitário Palmas

(COSTA, 2010).

É a partir dessa realidade social que podemos observar os limites do atual sistema bancário. A exemplo das políticas de acesso a crédito, que operam as finanças a partir do monopólio dos grandes bancos, tornando as políticas de financiamento do desenvolvimento insuficientes para combater a estrutura da desigualdade social historicamente construída no Brasil. Nesse sentido, uma reflexão a ser exercitada é como as finanças – algo necessário e presente no cotidiano da população – podem ser geridas a nível local e, assim, levar em consideração os problemas sociais mais próximos ao conjunto da população.

Um dos resultados dessa articulação foi a criação da rede nacional de bancos comunitários, que dentre várias ações, tem como principal a criação do “e-dinheiro”, uma plataforma de moeda eletrônica que facilita a realização de transações econômicas e tem como foco principal as pessoas e os empreendimentos de comunidades com moeda local, com público bancarizado ou não, principalmente de baixa renda. Assim, os bancos comunitários proporcionam novas relações entre território e dinheiro, estabelecendo outras estruturas fixas e outros fluxos¹.

Os bancos comunitários trazem consigo algumas características que os tornam diferentes dos bancos tradicionais, apesar de proporcionarem alguns dos mesmos serviços financeiros. Uma dessas características é a lógica territorial de ação e funcionamento, que possibilita propor alguma forma de territorialização financeira. Essa característica se deve principalmente a dois elementos: (1) gestão comunitária; e (2) a moeda local. Esses dois elementos são centrais para o entendimento das funções que um banco comunitário pode cumprir (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Nesse sentido, a presente proposição visa analisar quais são as possibilidades de territorialização financeira que poderiam viabilizar a implantação de um Banco Comunitário na comunidade quilombola da Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, na zona rural de Feira de Santana, estando essa localizada na área norte do município.

No entanto, para que as possibilidades de territorialização sejam identificadas, elas precisam, necessariamente, emergir da comunidade. Nesse sentido, buscou-se

¹Fixos e Fluxos são conceitos da geografia que serão aprofundados e que podem contribuir para uma boa compreensão sobre a relação entre território e finanças.

captar os elementos da realidade da comunidade a partir do instrumento de entrevista semiestruturada, aplicada com a técnica Bola de Neve. Além da entrevista, se analisou a espacialização das agências bancárias no município para analisar como se distribui essas infraestruturas do sistema financeiro e como pode se relacionar com as condições de acesso e uso por parte dos moradores da comunidade da Lagoa Grande.

A escolha do distrito de Maria Quitéria deve-se à sua história de organização popular, principalmente a partir da comunidade Quilombola da Lagoa Grande – certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2007 – e que esteve em processo de luta desde a sua origem, causada por conflitos relacionados à disputa pela terra; e da Associação Comunitária de Moradores de Maria Quitéria (ACOMAQ), que tem papel importante até hoje, sendo uma das principais mobilizadoras locais.

Outras formas de organização têm se fortalecido a partir da atividade da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS) – que tem fomentado experiências locais a partir de princípios da economia solidária. Um exemplo mais recente disso é a organização do Grupo Sabores do Quilombo, que atualmente gere a cantina do módulo I da Universidade Estadual de Feira de Santana. Dessa forma, na medida em que se resultem subsídios, a presente proposição busca potencializar ainda mais os movimentos de organização popular e de iniciativas econômicas já marcadas na comunidade.

Importante destacar também, que a escolha do território não é abstrata, e se relaciona com uma experiência do autor junto à comunidade, ocorrida durante o período de graduação, como extensionista da IEPS (2012-2016). Esse contato prévio possibilitou não só a reflexão acerca da importância de trabalhos acadêmicos que fortaleçam a referida trajetória comunitária, mas também uma maior abertura para a apresentação e construção dessa proposta de modo participativo. Desse modo, o encontro entre a tradição de organização popular do distrito e a relação estabelecida a partir de atividade extensionista favoreceu a viabilização desta pesquisa.

Além dessa introdução, essa dissertação é composta por mais cinco capítulos. O capítulo 2 aborda alguns pontos possíveis para o debate sobre a relação entre território e finanças, tanto na perspectiva da financeirização quanto de sua alternativa, as finanças solidárias. O Capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada na pesquisa, consistindo em levantamento bibliográfico, análise da espacialização das agências bancárias e entrevistas semiestruturadas realizadas a partir da técnica Bola de Neve

e analisadas através da análise de conteúdo. O capítulo 4 se debruça sobre a localização das agências bancárias em Feira de Santana por meio da análise da sua distribuição espacial, relacionando-as ao contexto demográfico e de renda dos bairros no município.

No capítulo 5 é detalhada a análise de conteúdo realizada para extrair categorias a partir das entrevistas semiestruturadas, bem como são apresentados e analisados os resultados obtidos, promovendo o entendimento sobre as formas de acesso a serviços financeiros na comunidade e possibilidades de iniciativas das finanças solidária. O capítulo 6 apresenta as considerações finais, que apontam caminhos para a territorialização financeira solidária na comunidade estudada por meio dos Bancos Comunitários e conclui-se que, além de alternativa à financeirização para melhor acesso e uso de produtos financeiros, os bancos podem servir como alternativa a práticas exploratórias informais e potencializar a solidariedade financeira existente na comunidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: APROXIMAÇÕES ENTRE FINANÇAS E TERRITÓRIO

A proposta desse capítulo é apresentar elementos teóricos que possam aproximar o debate entre finanças e território. A financeirização aparece como elemento estruturante, pois no atual contexto, falar de finanças remete ao papel que esta exerce na sociedade e, nessa perspectiva, também no território, estabelecendo novas conexões e contradições. Uma dessas contradições é a exclusão financeira, uma vez que a financeirização, ao mesmo tempo que aumenta exponencialmente a circulação de dinheiro, não promove a democratização das finanças.

Um dos componentes territoriais da exclusão financeira é a distribuição espacial das agências. A localização da agência é um dos condicionantes para acesso e uso de produtos financeiros, e uma das características da prática exploratória bancária. Uma outra relação entre território e finanças se encontra nas finanças solidárias, que tem sido alternativa de inclusão por meio de instituições não bancárias e podem se constituir enquanto estratégia de inclusão financeira nos territórios.

2.1 FINANCEIRIZAÇÃO E TERRITÓRIO

O desenvolvimento das finanças tem sido importante área de análise do capitalismo contemporâneo. Esse crescente interesse é justificado pela participação cada vez maior das finanças nas decisões das políticas econômicas dos Estados, mas também na vida das pessoas no seu cotidiano e no espaço. Majoritariamente, a análise sobre a financeirização se relaciona com as mudanças no regime de acumulação do capital na passagem do estado de bem-estar social para o neoliberalismo, nessa transição as finanças se tornam o guia neoliberal para o regime de acumulação com base riqueza fictícia (AMARAL, 2013). Esse processo pode ser entendido como financeirização da economia.

De forma geral, a noção de deslocamento do capital financeiro em relação ao capital produtivo orienta parte do pensamento acadêmico sobre a lógica do que vem a ser financeirização. Porém, o regime de acumulação com base nas finanças não é antagônico ao capital produtivo ou comercial, representando a mudança a nível global na concorrência dos capitais e que tem na economia mundial seu espaço indefinido de circulação e acumulação (PRADO, 2014). Em Braga (1997), a lógica de

financeirização em si é um componente estrutural ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

A financeirização, enquanto protagonista na condução da economia mundial a partir do neoliberalismo, tem a década de 1970 como marco a partir da experiência chilena. Os resultados práticos das políticas implementadas visavam a flexibilização trabalhista, a desregulamentação financeira do capital internacional, redução da participação do estado na economia e na proteção social da população. A implementação dessas políticas trouxe para a sociedade novas configurações nas relações sociais no espaço e no território. É devido a essas transformações que o debate acadêmico sobre o papel das finanças transborda a abordagem mais clássica da Economia debatida por outras áreas da ciência, dentre estas a Geografia Financeira, que traz contribuições de como o território e o espaço se tornam dimensões importantes no estudo da financeirização.

Nesse sentido, para pensar a relação entre território e finanças cabe aprofundar-se nas contribuições que a Geografia traz ao tema. Uma abordagem que leva a caminhos para essa reflexão é a Geografia da Financeirização (PALLUDETTO; FELIPINI, 2019), que identifica essa abordagem no seu estudo sobre o panorama da literatura sobre a financeirização. Os autores identificam que essa abordagem:

[...] se concentra no papel das finanças na reorganização do espaço na economia capitalista contemporânea, particularmente sobre a dinâmica de crescimento e configuração das cidades. Essa vertente busca compreender, de forma geral, como os mercados financeiros acabaram por moldar o território, organizando-o de acordo com seus critérios de avaliação de rentabilidade (PALLUDETTO; FELIPINI, 2019, p. 28)

Os bancos são o principal pilar no desenvolvimento das finanças, além de seu papel no fluxo de capitais, e na Geografia Financeira a sua distribuição espacial é um ponto importante para a organização econômica, pois a decisão de instalar uma agência em determinado ponto não é uma decisão aleatória. Contel (2016) aborda as contribuições da Geografia Financeira francesa e brasileira, onde a relação entre bancos e espaço é um componente importante nos processos de desenvolvimento, podendo promover maior ou menor desigualdades regionais a partir das reformas financeira e bancárias, que resultam em maior concentração do poder bancário quando da incorporação de bancos pequenos locais por grandes bancos ou ainda

monopólios por meio de fusões.

Finanças e território são conceitos que representam dimensões diferentes da realidade. O primeiro tem a sua existência como parte do processo econômico *stricto sensu* e o segundo é onde se constituem relações de poder em determinado espaço. Em Haesbaert (2009), o território dentro do espaço é o que se ocupa da política e das relações de poder em suas múltiplas dimensões. A questão é: como algo desprovido de vida como as finanças se tornam uma dimensão importante no espaço, a ponto do espaço se tornar uma das dimensões de manifestação do poder das finanças? A financeirização do território é um processo que tem servido para refletir sobre essa relação.

Gottman (2012) entende as transformações no território como resultado prioritário da política no decorrer do tempo, sendo a ação dos governos sobre determinado espaço uma questão central. Haesbaert (2006) defende que essas transformações constituem as mudanças no espaço-tempo, que por sua vez transformam o território-zona para território-rede. Em “zona” o território é fixo, em “rede” o território adquire movimento e mobilidade. Esse processo é realizado a partir de quatro pontos fundamentais: a flexibilização da economia, a crise do Estado de bem-estar social, a hegemonia do capital financeiro sobre o produtivo e a difusão das tecnologias da informação (HAESBAERT, 2006).

Nesse contexto, o papel que o território assume acompanha as transformações pelas quais passa o capitalismo, e nesse sentido se torna um espaço prioritariamente de realização do consumo, pois a reestruturação produtiva ocorrida em virtude das políticas neoliberais atingiu o mundo do trabalho. Esse movimento se observa pela redução do percentual de trabalhadores nos setores industriais e o aumento de trabalhadores no setor de serviços e comércio, que em sua grande maioria é realizado nos centros urbanos.

2.2 EXCLUSÃO FINANCEIRA E TERRITÓRIO

O acesso a recursos financeiros formais perpassa, necessariamente, pelo sistema financeiro nacional, cuja estrutura é composta por órgãos normativos, supervisores e operadores. É por meio dos órgãos operadores que a população acessa os meios para recebimento de salários, solicitação de crédito, realização de transferências e os demais serviços financeiros. É dentro dos operadores que se

encontram os Bancos, Cooperativas, Financeiras e outras instituições que possibilitam a população ser incluída no sistema a partir da conta bancária, de forma que, sem uma conta, se inviabiliza por meios formais o acesso a serviços financeiros elementares. Significa, portanto, que sem uma conta bancária uma pessoa pode ficar excluída de políticas públicas relacionadas a transferência de renda e acesso a crédito, de receber salários do Estado e da iniciativa privada.

Assim, como uma referência conceitual para o entendimento da inclusão/exclusão financeira, temos:

o significado do conceito tem sido expandido e detalhado no sentido de: (i) enfatizar que a exclusão (ou inclusão) envolve não apenas o acesso em si, mas as *condições de uso* do sistema financeiro por parte dos diferentes indivíduos e grupos sociais, (ii) incorporar no conceito a *variedade de produtos e serviços* que são oferecidos pelos sistemas financeiros contemporâneos, e (iii) reconhecer que a inclusão dos indivíduos e grupos menos favorecidos deve levar em conta a adequada satisfação de suas necessidades (RIBEIRO et al., 2020, p. 03)

É devido a essa realidade que estudos sobre exclusão financeira têm sido realizado nos últimos anos. É um fenômeno que pode demonstrar a contradição de um sistema que é ao mesmo tempo superdesenvolvido e excludente, e a cidadania financeira tem sido o termo utilizado para analisar como tem sido o nível de acesso a serviços financeiros da população. Crocco (2013) definiu o grau de acesso aos serviços do sistema financeiro a partir de dois critérios: os sem banco, que não possuem conta bancária; e os sub-bancarizados, que possuem acesso a serviços financeiros básicos como conta corrente e poupança, e o Banco Central do Brasil (2018) traz a incorporação dos direitos e deveres, enquanto condições para o gerenciamento da vida financeira de cada cidadão. Outra abordagem sobre a exclusão financeira indica que esta não é apenas uma questão de acesso as finanças, mas também de práticas exploratórias, pela forma como muitas pessoas são incluídas no sistema pela padronização dos perfis (GURGEL, 2014).

A distância de uma localidade para uma agência bancária torna-se um fator de dificuldade ao serviço financeiro. Soma-se a esse fator outras variáveis, tais como renda, serviços públicos de transporte, custo bancário, burocracia, habilidades tecnológicas e educação financeira. Essas barreiras acabam por implicar em outras para os processos de desenvolvimento, pois incidem sobre a capacidade de

financiamento de iniciativas econômicas. De outro lado, quem é impactado pelo fator distância, mas é privilegiado nas outras variáveis terá, conseqüentemente, acesso a um portfólio diversificado de produtos financeiros. Santos (2019) aponta que as estruturas do espaço são formadas por uma combinação específica de estruturas demográficas, financeira, de renda, de consumo e de classes, que a partir de suas interações definem a relação entre os recursos presentes.

Uma outra perspectiva de entendimento da exclusão financeira se relaciona com questões sociais estruturantes, relacionadas a raça e gênero. Ainda sem pesquisas que aprofundem a questão, algumas indicações sobre a relação exclusão financeira, raça e gênero podem ser encontradas em (SANTOS, 2019). Nesse estudo os pesquisadores, a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) identificam as características e o perfil dos excluídos financeiramente a partir informações sobre a acesso a instrumentos financeiros básicos: conta corrente, poupança, cartão de crédito e compras a prazo.

Segundo a pesquisa, 42% das mulheres acima de 15 anos declararam ter conta corrente, ao passo que 52% dos homens declararam a mesma situação. Entre negros, pardos e brancos se encontram as maiores diferenças, sendo que 40% de negros e pardos declararam possuir conta corrente, contra 58% de brancos na mesma situação. Com relação à poupança, negros e pardos registraram 35%, contra 41% de brancos. Com relação a cartão de crédito, negros e pardos registraram 33% contra 48% de brancos. Com relação a compras a prazo, negros e pardos registraram 47%, contra 49% de brancos.

Outros dados da mesma revelam menor inclusão de pessoas que recebem benefício social: 50% das pessoas que não recebem benefício social declararam possuir conta corrente, ao passo que apenas 28% das pessoas que recebem benefício social possuem o instrumento; para a poupança a declaração é 38% e 35%, respectivamente, entre os dois públicos; para cartão de crédito a declaração é de 42% e 22%; e para compras a prazo de 48% e 47% respectivamente. O conjunto de pesquisas que vem se desenvolvendo nessa área demonstra a dimensão da inclusão financeira como um fator importante para a economia e os desafios a serem enfrentados em relação a desigualdade de acesso aos instrumentos financeiros.

De outra maneira, adicionar a dimensão territorial para pensar as finanças possibilita uma perspectiva de inclusão financeira no desenvolvimento, pois a ideia de práticas bancárias exploratórias tem principalmente a ver com a decisão locacional

das agências bancárias se instalarem em áreas de maior renda, elemento central quando se pensa a relação entre território e finanças (CROCCO, 2013). É nessa perspectiva que as finanças solidárias podem se colocar como um mecanismo de inclusão e desenvolvimento local. Os bancos comunitários se tornam uma opção, pois têm uma lógica de funcionamento territorial, gestão coletiva dos recursos e uma qualidade distinta dos bancos comerciais, na medida em que têm princípios de economia solidária para o desenvolvimento local com inclusão financeira (ALMEIDA, 2019). Assim, a decisão locacional de instalação de um banco comunitário se relaciona com a necessidade e a possibilidade de fortalecimento de ações de desenvolvimento em áreas que são excluídas do processo financeiro tradicional.

2.2.1 Perspectiva de Desenvolvimento local

O avanço do sistema capitalista implicou no surgimento de diversas abordagens sobre a temática do desenvolvimento: industrial; ambiental; regional, local, territorial, dentre outros. A abrangência de denominações muitas vezes indica a perspectiva política e ideológica de uma determinada corrente teórica, e nesse meio, o desenvolvimento local também carrega consigo disputas em torno da forma como esse processo deve se constituir.

No Brasil, o debate sobre desenvolvimento local surge devido a experiências de gestões municipais a partir da década 1990, que implementaram políticas públicas visando a organização da dinâmica econômica local e o melhoramento no atendimento de serviços sociais básicos. O que perpassaria enquanto novidade nesse tipo de desenvolvimento seria a participação da população, por meio principalmente de experiências de orçamento participativo.

Aqui se entende o desenvolvimento local em uma perspectiva política, apresentando o local enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas, que produz espaços onde predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza (MARTINS; CALDAS, 2009). Nesse sentido, a participação do poder público municipal na economia e na sociedade não deveria se resumir a aspectos estritamente econômicos, mas deveria responder também à dimensão política no processo de organização econômica local.

Oliveira (2001) desenvolve a noção de desenvolvimento local a partir do

conceito da Organização das Nações Unidas (ONU) de “satisfação de um conjunto de requisitos de bem estar e qualidade de vida”, e a partir dessa noção identifica sua limitação e a articula em uma análise globalizante do processo de desenvolvimento econômico a partir da noção de subdesenvolvimento, pois o não desenvolvimento local seria um subdesenvolvimento característico da periferia do capitalismo. Além disso, articula o conceito de cidadania, que é a dimensão política do processo de desenvolvimento local que lhe confere a qualidade de um processo necessariamente de conflito.

No que tange à relação com o mercado, o desenvolvimento local aqui apresentado entende que a economia deve ser planejada a nível local. O mercado, quando livre, mais desorganiza a economia do que organiza, reduzindo o potencial das economias locais. Nesse sentido, é necessário pensar o desenvolvimento local a partir das próprias potencialidades do lugar, para isso a economia não é contraposta à identidade nem à tradição local, que muitas vezes são subsumidas no processo de desenvolvimento do capitalismo. Nesse caso, se tem a noção de desenvolvimento endógeno como forma de quebrar algum ponto de dependência ao modelo de desenvolvimento em que a prioridade se torna investimentos exógenos em detrimento do fortalecimento da economia com base no local.

Lima (2014), em sua abordagem local para o desenvolvimento, afirma as potencialidades já existentes nos locais, se incorporadas a um processo de orientação econômica a partir do planejamento, podem contribuir para um desenvolvimento endógeno garantindo a organização da economia local e a tornando menos dependente de fatores de desenvolvimento exógenos.

Hegemonicamente, o local tradicionalmente é construído a partir de uma lógica industrial, que representa um fator exógeno e determinante ao desenvolvimento de áreas que “não são desenvolvidas”, levando à articulação entre *clusters* industriais locais e agentes locais para o desenvolvimento (MARTINS; CALDAS, 2009). Há também forte crítica ao próprio uso do local enquanto escala de análise, a exemplo de Brandão (2012), que apresenta críticas à literatura que aborda o local como espaço central de análise. Na sua perspectiva, há polarização entre um local solidário, cooperativo, que por meio de seus recursos superaria as barreiras estruturais, e na outra ponta o local visto como espaço das vantagens competitivas para a instalação de clusters com utilização do capital humano e social local.

A perspectiva local aqui abordada parte da possibilidade de realização de ação

concreta, o que torna as finanças solidárias e o Banco Comunitário de Desenvolvimento um caminho rico de experimentações. Porém não se acredita aqui no local isolado, mas sim entendido como condicionado e atravessado por um conjunto de estruturas que reproduzem desigualdades, e nesse caso é necessário pensar o local dentro de um território e um movimento mais amplo, contra hegemônico, alternativo à lógica tradicional de desenvolvimento e que tenha a política e o planejamento como orientadores.

2.2.2 Finanças Solidárias

As finanças solidárias se localizam como um eixo da economia solidária responsável por financiar os processos de desenvolvimento. Se constituem como uma tecnologia social e exercem a prática econômica por pressupostos distintos do *mainstream* econômico, ou seja, decisões econômicas pautadas pela ideia de utilidade de mercado e recursos limitados para fins infinitos e daí derivando um conjunto de decisões a partir da relação custo e benefício (FRANÇA FILHO, 2007).

As iniciativas de economia solidária, por sua vez, orientam suas decisões de acordo com a necessidade comunitária com base em princípios para o benefício coletivo. O indivíduo, nesse contexto, é visto como parte de um coletivo e não de forma isolada, resolvendo problemas a partir apenas das suas necessidades individuais. Assim, em sua maioria, as iniciativas solidárias, sejam de produção, comercialização ou financeiras, se desenvolvem em territórios com mais dificuldades de acesso a serviços públicos ou privados e acabam por se constituir como importantes pontos de desenvolvimento nas comunidades em que existem.

O território se constitui como variável definidora para o desenvolvimento das finanças solidárias proporcionando novas relações entre território e dinheiro. Na atual fase do capitalismo, em que já se encontra desenvolvido um conjunto de reestruturações promovidas pelo neoliberalismo, o discurso e a realidade da liberdade de capitais se tornaram concretos, pois o fluxo existente de entrada e saída de dinheiro entre os mais diversos territórios do mundo pode ser visto a cada dia. Esse desenvolvimento do mercado de capitais, no entanto, não avançou na resolução de problemas relacionados as desigualdades sociais que, pelo contrário, continuam a se acentuar.

O que torna, portanto, as finanças solidárias como possibilidade de

desenvolvimento é sua lógica territorial de ação e funcionamento, que possibilita propor alguma forma de territorialização financeira. Essa característica se deve principalmente a dois elementos: (1) gestão comunitária; e (2) a moeda local. Esses dois elementos são centrais para o entendimento das funções que um banco comunitário pode cumprir (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

A gestão comunitária se justifica pelo próprio processo da criação do banco, fundo ou cooperativa, uma vez que são centrais a mobilização e o envolvimento dos moradores ou determinado grupo de trabalhadores/as da localidade para o funcionamento de uma das iniciativas. Apesar de não existir um modelo único, as ações e políticas da iniciativa são definidas em espaços de participação, sejam esses do conjunto de integrantes da entidade ou dos moradores, comerciantes, produtores locais e demais agentes envolvidos que atuam no território.

As moedas locais têm a função de territorializar as relações financeiras e também a dinâmica econômica em sentido mais amplo. Devem, entretanto, ser lastreadas em real, o que obriga o banco a ter a quantidade de reais em reserva, equivalente à quantidade de moeda local em circulação. As reservas em reais se constituem como uma das grandes dificuldades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) porque quanto menor a reserva, menor a capacidade de crédito do banco, o que muitas vezes se limita a pequenas operações de microcrédito para consumo ou pagamento de despesas correntes ou emergenciais. Devido a isso, é necessário a procura por parcerias do poder público ou da sociedade civil para ampliar as reservas que viabilizarão a moeda local em maior volume.

Territorialização Financeira Solidária oferta serviços financeiros mais adequados a iniciativas populares, coletivas e pessoas de baixa renda. Isso ocorre devido às exigências e condições diferenciadas, que consistem principalmente na taxa de juros, que em muitos casos é irrelevante comparada às praticadas pelo mercado, e na burocracia baseada nas relações de proximidade e confiança. Paralelamente a essas condições, o uso dos depósitos, saldos e poupanças tem sua gestão baseada em objetivos distintos, proporcionando assim uma outra lógica da organização financeira. A diferença principal entre os objetivos consiste no lucro financeiro.

De forma geral, nas instituições do sistema financeiro nacional todo o dinheiro que circula tem como objetivo gerar juros que se transformam em renda ou lucro

financeiro, que não se transforma, necessariamente, em investimento produtivo². O que a finança solidária propõe é uma organização da economia baseada na organização do trabalho e na necessidade das pessoas, daí importa mais a um fundo rotativo ou Banco Comunitário emprestar a juros próximos de zero e viabilizar uma iniciativa econômica do que altas taxas de juros sobre o crédito para ter um maior retorno do lucro financeiro.

O acesso a serviços financeiros no Brasil em sua forma estrutural se dá por meio do sistema bancário, a partir das suas agências que se capilarizam por todo o território nacional, tendo um importante papel enquanto financiador do desenvolvimento a níveis regional e local. Porém, é importante destacar que, paralelamente à forma bancária, se desenvolveram também, principalmente no meio rural, as cooperativas de crédito – forma de acesso a produtos financeiros que em muitas realidades se mostra mais adequada.³

2.2.3 Concepção e perspectiva da territorialização financeira solidária

A territorialização Financeira Solidária faz parte das estratégias mais gerais de desenvolvimento local articuladas por organizações da economia popular e solidária. Consiste na viabilização de todas as etapas do processo econômico: produção, comercialização, distribuição e consumo, porém para além da disponibilidade de recursos para a atividade econômica ocorre a organização financeira coletiva, em que o território se torna o elemento de unidade a determinado processo de desenvolvimento local. Os instrumentos e formas organizativas desse processo se encontram nas finanças da economia popular e solidária.

A concepção de financiamento liberal tem como princípio basilar o livre mercado, de forma que o financiamento público deve se tornar cada vez menor devido à perspectiva de não intervenção do Estado na economia. Nas economias de perspectiva socialistas o mercado deve ter atuação limitada, e nesse sentido o

²Não à toa se torna um problema no desenvolvimento econômico nacional a taxa referencial de juros SELIC se manter em um patamar elevado, pois os investimentos tendem a se deslocar da esfera produtiva para a esfera financeira.

³ A experiência da cooperativa de crédito da região do sisal na Bahia em determinado momento obteve mais movimentações de abertura de contas, saque, poupança e empréstimo que a agência do Banco do Brasil local.

planejamento central da economia se torna o mecanismo principal de organização econômica, porém o mercado não deixa de existir, uma vez que para isso seria necessário o fim do sistema capitalista enquanto modo de produção dominante. O que pode ocorrer, no entanto, é experiências econômicas em que se há incorporação tanto da lógica de mercado quanto de mecanismos de regulação do mercado, como é o caso dos Estados de bem-estar social.

O financiamento da economia solidária tem como protagonismo as próprias articulações promovidas pelo movimento de economia solidária. As iniciativas de economia solidária que se relacionam com o cooperativismo e um conjunto de práticas comunitárias já existentes nos territórios se tornaram um movimento e se constituem como alternativa de trabalho e renda na medida em que avançam os efeitos da reestruturação produtiva neoliberal, uma vez que as crises e o aumento do desemprego colocam trabalhadores e trabalhadoras em busca de outras formas de sobrevivência. Nesse contexto é que se coloca a perspectiva do fortalecimento de políticas públicas especificamente para a economia solidária.

Porém, a noção de que é uma estratégia pressupõe um processo político. Nesse sentido, os processos de desenvolvimento econômico representam disputas de interesses de classes e frações de classes. O financiamento se torna, pois, central, uma vez que materializa o que até então se encontra na dimensão da disputa política notadamente na esfera estatal. Assim, na perspectiva do financiamento, o elemento infraestrutural que operacionaliza a acumulação dos recursos para financiamento, seja de consumo seja de produção, comercialização ou distribuição, se constitui nos bancos e, mais especificamente, nas agências bancárias, que se distribuem espacialmente por critérios de viabilidade de mercado, especificamente do mercado financeiro.

Todavia, numa economia organizada em uma sociedade estruturalmente desigual como as sociedades latino-americanas, que são resultados de uma economia colonial baseada no racismo e na escravidão, o acesso a instrumentos financeiros por parte da população se torna seletivo, de modo que reproduza a estrutura desigual. No território essa reprodução leva em conta a espacialização das agências nos centros urbanos e/ou comerciais, e áreas que, mesmo populacionalmente densas ou potencialmente produtivas, como é a realidade rural, não se tornam espaço para a localização das agências. O acesso a serviços financeiros, nesse sentido, tem a sua localização territorial como uma barreira para

uma grande parte da população.

Na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento em que a economia solidária tenha relevância, se acrescentaria também, enquanto índice de análise, o crédito solidário. Porém, para que tenha o efeito pretendido – ou seja, o fortalecimento do trabalho coletivo no território – é necessário, além de oferecer o crédito, alterar o elemento infraestrutural dessa oferta e, nesse caso, não seria possível que essa oferta partisse de bancos privados, mas prioritariamente de bancos comunitários. Esse elemento de infraestrutura comunitária, no entanto, para ser fortalecido como ação da estratégia precisa se localizar e ser disputado dentro da economia política do desenvolvimento nacional, pressupondo uma articulação de espaços no Estado e na sociedade civil para o seu fortalecimento enquanto política pública estatal.

2.2.4 Práticas de inclusão financeira solidária como alternativa

A inclusão financeira solidária não se limita apenas a ter acesso ao crédito. Significa o acesso, mas também uma outra relação com as finanças que, que possibilita alternativas de desenvolvimento socialmente justas e que fortalecem o coletivo. Nessa perspectiva algumas experiências já se mostram consolidadas a exemplo dos fundos rotativos voltados para empréstimos coletivos com foco na transição agroecológica (BARRETO, 2020), algumas nacionalmente conhecidas como o Banco Palmas em Fortaleza (RIGO; FRANÇA FILHO 2017), Banco Comunitário Popular de Maricá (ALMEIDA, 2019). A viabilização dessas práticas solidárias de inclusão se deu devido a políticas públicas voltadas especificamente a economia solidária, indicando a importância do estado na estruturação dessas iniciativas⁴.

Por meio das finanças solidárias é possível ter acesso a serviços e produtos financeiros, conforme sistematização elaborada por Mance (2005), que é apresentada a seguir:

Fundos de Desenvolvimento Solidário: recebem recursos de várias fontes, particularmente dos empreendimentos organizados em rede solidária, e funciona

⁴ Para maior aprofundamento sobre a política pública de economia solidária no Brasil ver os novos dados do mapeamento de economia solidária no país: Nota metodológica e análise das Dimensões sócio estruturais dos Empreendimentos, de Silva e Carneiro (2016) e a Política de Economia Solidária no Ciclo Orçamentário Nacional, de SILVA (2018).

como garantidor das atividades financeiras dos Bancos Comunitários e Cartões de Crédito Solidários relacionadas a microcrédito para produção e consumo em especial as atividades em moeda social;

Bancos Comunitários: podem ser organizados por associações de moradores, ONGs ou outras entidades comunitárias, tendo por objetivo fornecer produtos financeiros no território, normalmente funcionam com a moeda própria e a moeda oficial;

Cartões de Crédito Solidário: são implementados pelos Bancos Comunitários como forma de ativar as vendas no comércio local e induzir o consumo dos produtos gerados no próprio território;

Bancos do Povo: têm como objetivo fornecer microcrédito para pequenos empreendedores e prestadores de serviços, podendo fornecer crédito de forma individual ou coletiva e também por meio do aval solidário. Em geral constituem-se grupos de três ou quatro tomadores de crédito que assumem em conjunto a responsabilidade pelo pagamento;

Bolsa de Negócios: visa facilitar transações econômicas entre empresas solidárias, por meio da construção de redes, cruzando ofertas e demandas por insumos, produtos e serviços, remontando-se cadeias produtivas, viabilizando a produção sob demanda, evitando a evasão dos recursos por meio do planejamento no interior das redes;

Sistemas de Troca com Moeda Social/ Cartões Inteligentes: visam organizar o intercâmbio local de produtos e serviços, por meio do desenvolvimento endógeno como forma de geração de renda, valendo-se de moedas sociais criadas pelas próprias comunidades e grupos com a finalidade de dinamizar a produção, o comércio e o consumo entre os participantes.

Assim, as técnicas financeiras solidárias, em especial os bancos comunitários, são elementos de infraestrutura que permitem o fortalecimento de relações territoriais em suas interações nas dimensões políticas, culturais e econômicas. A estratégia, então, tem por base o território e perpassa pelo desenvolvimento das Finanças Solidárias e disputa pelo fundo público estatal.

2.2.5 A trajetória dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil

A trajetória dos Bancos Comunitário de Desenvolvimento no Brasil é recente,

porém já acumula muitas experiências e cada vez mais vem se tornando referência de iniciativa para o desenvolvimento local. O BCD precursor e que serviu de inspiração para o surgimento de novas iniciativas foi o Banco Palmas, criado em 1998 com um capital de R\$ 2.000. Porém, experiências de bancos que tenham a ideia de resolver problemas comunitários e das pessoas pobres já existiram e existem em diversas partes do mundo, com concepções distintas e muitas vezes distantes uma das outras.

Historicamente, a ideia de um banco alternativo aos bancos tradicionais surgiu no contexto do movimento de trabalhadores no século XIX, por intelectuais do socialismo utópico a partir da ideia de banco do povo, sendo Proudhon o principal representante deste pensamento (MORAES et al., 2014). Ainda nesse contexto, Karl Marx estabelece uma crítica à perspectiva de banco do povo abordando qual seria o papel do crédito na transição ao socialismo (ALBUQUERQUE, 2009). No final do séc. XX, o banco do povo na Índia, idealizado e criado por Yunus, é a referência mais conhecida a nível global de inclusão financeira para população de baixa renda, e defende o microcrédito como caminho de combate à pobreza (YUNUS, 2011).

O surgimento de políticas de inclusão da população de baixa renda no Brasil se limitou à ampliação do volume da massa de crédito estimulado por governos e operados pelos bancos tradicionais do sistema financeiro. O crédito, como um dos pilares de crescimento, proporcionou a ampliação do acesso desse produto a diversos setores sócias (CARVALHO, 2018). Contudo, a ampliação da massa de crédito não representou uma democratização das finanças em uma perspectiva do enfrentamento à sua exclusão, é nesse sentido que as finanças solidárias se diferenciam e exercem um papel inclusivo no processo de desenvolvimento.

O surgimento e fortalecimento das finanças solidárias e, dentro destas, os bancos comunitários, está alinhado ao fortalecimento de políticas públicas para o setor. A partir do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, foi instituída a Secretária Nacional de Economia Solidária e a partir desta, um conjunto de ações para estruturação, pesquisa, fortalecimento e financiamento deste setor começaram a ser implementadas. Segundo dados do mapeamento da economia solidária no Brasil em 2016, dentre os Empreendimentos da Economia Solidária (EES), de um total de 19.708 empreendimentos, 328 eram de poupança, crédito e/ou finanças solidárias, representado 1,75% do total (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016).

Ainda com base no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), desses

empreendimentos, 23,3% buscaram linhas de crédito; apenas 11,11% obtiveram sucesso. Desse montante, os bancos ou fundos rotativos solidários foram responsáveis por 6,4%; bancos privados representaram 9,7%; bancos públicos 56,4%; cooperativas de crédito 8,3%; ONG ou OSCIP 3,8%; outras instituições privadas 1,1%; e outras 14,4.

Com o impeachment da então presidente da república Dilma Rousseff em 2016, motivado por um golpe jurídico parlamentar, os 13 anos de política nacional de economia solidária começam a ser desestruturados, na medida que o setor fica fora do ciclo orçamentário nacional a partir de 2018 e é extinta a Secretária Nacional de Economia Solidária. No entanto, começou a se fortalecer nos municípios, por meio de articulação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, um conjunto de iniciativas de bancos comunitários de abrangência territorial e municipal, na medida que o poder público local os incorpora enquanto política pública do município. O principal exemplo nesse sentido é o Banco Mumbunca, no município de Maricá (RJ) que além de fornecer um conjunto de serviços bancários é utilizado pela prefeitura para o pagamento do auxílio municipal, pago em moeda mubunca.

Atualmente no Brasil existem 129 bancos comunitários filiados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em todas as regiões do país, como pode ser visto no quadro 1. A lista completa com os bancos e sua respectiva localização (município e bairro) pode ser encontrada no Apêndice A.

Quadro 1 – Quantitativo de bancos comunitários atualmente existentes no Brasil filiados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, por região geográfica

Região	Quantitativo de bancos comunitários instalados
Norte	27
Nordeste	61
Sudeste	28
Centro-Oeste	9
Sul	4
Total	129

Fonte: Adaptada de E-DINHEIRO Rede de bancos digitais solidários Brasil. Disponível em: <<https://bancomunicipal.org/>> <https://docs.google.com/spreadsheets/d/12IJVqNnxLU_gXSVDsQjPqbctrFz2EdY1/edit#gid=1670881705>. Acesso em: 20/05/2022.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho valeu-se da abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1993), é aquela que realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

Uma vez que a temática da exclusão financeira é recente na pesquisa acadêmica a nível nacional e também pouco abordada no município de Feira de Santana, se optou por fazer uma pesquisa exploratória. A partir de estudos já realizados a nível nacional, optou-se pelo uso de categorias já identificadas para serem aplicados a nível local, em especial a exclusão por acesso geográfico. A escolha dessa categoria se deu por ser possível manuseá-la na espacialização em relação à localização da distribuição das agências bancárias. Assim, o percurso metodológico foi realizado valendo-se das seguintes ferramentas:

1 – Bibliografia específica sobre exclusão financeira, financeirização, território e finanças solidárias. São os três principais temas e a partir destes se buscou estabelecer as relações necessárias para a construção de categorias e análise teórica;

2 – A análise espacial das agências bancárias do município, que proporcionou considerar de forma mais ampla como o sistema bancário toma suas decisões locais. Uma vez localizando as agências bancárias de Feira de Santana, foi possível comparar esse dado com outras variáveis importantes e que, uma vez ocorrendo a barreira por acesso geográfico, definem a possibilidade de se ter acesso a uma agência bancária;

3 – Entrevistas, que tiveram como objetivo a investigação do acesso a produtos financeiros, seja formal, informal ou solidário. O território pesquisado se localiza distante das agências bancárias e existe apenas um correspondente bancário próximo, de forma que as entrevistas buscam entender os efeitos dessa distância para o acesso aos serviços financeiros, mas também identificar possíveis significados, vontades e possibilidades que permitam discutir iniciativas de finanças solidárias para o desenvolvimento local.

A definição dos objetivos foi feita de forma a responder à questão da pesquisa: “*Qual o papel dos bancos comunitários para o desenvolvimento local?*”, mas

igualmente, buscou-se debruçar de modo prático e teórico sobre o objeto de pesquisa. Na perspectiva de dialogar com a hipótese diretriz (HIRANO, 1979) em que serve de coordenada, projeção do conhecimento, a serem numa etapa posterior, confirmadas ou refutadas, ou quase-hipótese (THIOLLENT, 2011) em que são consideradas supostas soluções em função de uma situação constatada. A hipótese diretriz ou quase hipótese é de que as finanças solidárias podem ser um instrumento de territorialização financeira que promove desenvolvimento local com inclusão financeira.

Dessa maneira, buscou-se constituir um referencial metodológico para análise da viabilidade de bancos comunitários. Trata-se de um referencial, pois já existem muitas formas de abrir um BCD. O esforço aqui, nesse sentido, foi produzir mais conhecimentos, constituindo mais um instrumento que contribua na criação de caminhos para essa alternativa financeira.

3.1 ANÁLISE ESPACIAL

Uma das dimensões da exclusão financeira é a dificuldade de acesso a agências bancárias, devido à distância geográfica. Para visualizar essa realidade, foram analisados mapas que apresentam a distribuição da rede bancária em Feira de Santana, e localização da comunidade, identificando as barreiras (ou não) relacionadas à necessidade de deslocamento para acesso a uma agência. A análise espacial das agências bancárias serviu para visualizar como se distribui no município esses elementos fixos bancários.

3.2 ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas através de questionário semiaberto (apêndice B). Fink e Kosekoof (1985, p. 13), citados por Ghunter (2006, p. 1), definem o questionário como um: “método para coletar informação das pessoas acerca de suas ideias, sentimentos planos, bem como origem social, educacional e financeira”. No questionário, portanto, se avalia o que já existe e se levanta a necessidade de algo que não existe (GHUNTER, 2006).

Nessa perspectiva, a opção pelo questionário permitiu identificar informações relevantes sobre as condições de reprodução da vida, principalmente itens

relacionados a inclusão/exclusão financeira. O questionário foi aplicado por meio de entrevista semiestruturada, a partir da técnica bola de neve. Essa técnica de entrevista permite definir a amostragem de uma pesquisa por pessoas referência de algum grupo social (BOCKORNI; GOMES, 2021). Assim, a indicação pode levar diretamente a sujeitos e sujeitas que possam expor questões da realidade financeira, tanto de indivíduos como de iniciativas econômicas, populares, solidárias, ou mesmo de caráter mercadológico.

A quantidade de entrevistas adequada dentro da técnica bola de neve é atingida quando há saturação na coleta de informações necessárias para o entendimento do fenômeno pesquisado. A opção por essa técnica deveu-se à compreensão de que a dimensão estatística não é o central da pesquisa, de forma que não há critérios que indiquem o quantitativo amostral adequado, tornando o método bola de neve mais apropriado. A abordagem bola de neve dialoga com a dimensão qualitativa da pesquisa, pois nulifica a ideia de neutralidade, possibilitando o estabelecimento de uma relação entre o pesquisador e comunidade durante esse processo.

É importante salientar que essa relação não se iniciou com o atual trabalho, mas em projetos de extensão por meio da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS), onde o pesquisador já desenvolveu junto à comunidade atividades de pesquisa e extensão. Essa pesquisa foi desenvolvida também junto à IEPS, por meio de projeto próprio aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde essa pesquisa está inclusa, e todas as entrevistas foram realizadas com o termo de consentimento autorizado pelos participantes das entrevistas (apêndice C).

Nesse sentido, buscou-se captar, a partir da coleta de dados, observações e discussões, a relação entre território e finanças a partir dos seguintes eixos:

- **Eixo 1** – Dados e informações socioeconômicas: Para identificar gênero, raça, classe social, renda, trabalho, idade, dentre outras variáveis, que possibilitassem um diagnóstico do perfil socioeconômico a ser relacionado com o acesso aos serviços financeiros dos sujeitos e sujeitas do território;
- **Eixo 2** – Dados e informações que identificassem o grau de acesso e uso de serviços financeiros (CROCCO, 2011). Esse conceito busca entender a

exclusão financeira no Brasil, que é dívida em três níveis: 1º - Pleno: Quando pessoa tem acesso a serviços financeiros sofisticados; 2º - Limitado: Quando o acesso é apenas a serviços básicos; e 3º - Ausente: Quando não tem acesso a serviços financeiros. Essas informações têm a sua importância, pois o grau de acesso a serviços financeiros, bem como a prática financeira local, pode indicar a viabilidade de um BCD. Compreendendo que, quanto maior o nível de exclusão, mais necessário se torna o banco comunitário em uma comunidade, pois segue-se uma lógica contrária à dos bancos comerciais;

- **Eixo 3** – Informações sobre usos formal e informal de finanças na comunidade e de percepção sobre presença de serviços financeiros solidários na comunidade. O intuito foi identificar possibilidades de ações a serem realizadas posteriormente junto à comunidade.

Tais informações possibilitaram a proposição de categorias para entender o uso das finanças no território pesquisado, bem como o seu potencial endógeno de desenvolvimento, fornecendo, assim, elementos reais para analisar a viabilidade da implantação de um banco comunitário de desenvolvimento.

3.2.1 Procedimento de Análise

O procedimento de análise das entrevistas utilizado foi a técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem (FRANCO, 2018). Por meio das respostas ao questionário aberto se identificou a partir de unidades de registro e de contexto, intenções e questões que dialogam com o objetivo da pesquisa.

4 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA OFERTA DE SERVIÇO BANCÁRIO EM FEIRA DE SANTANA

A proposta desse capítulo é interpretar a distribuição espacial do sistema bancário em Feira de Santana, na Bahia, por meio da espacialização das agências existentes no município. A distância do local de moradia para agência é um dos fatores que condicionam acesso ou não a serviços bancários, e o mapa é a ferramenta utilizada para visualizar essas relações entre a distância das agências e as populações dos bairros e suas características sociodemográficas, ou ainda, a relação com a dinâmica econômica urbana e rural.

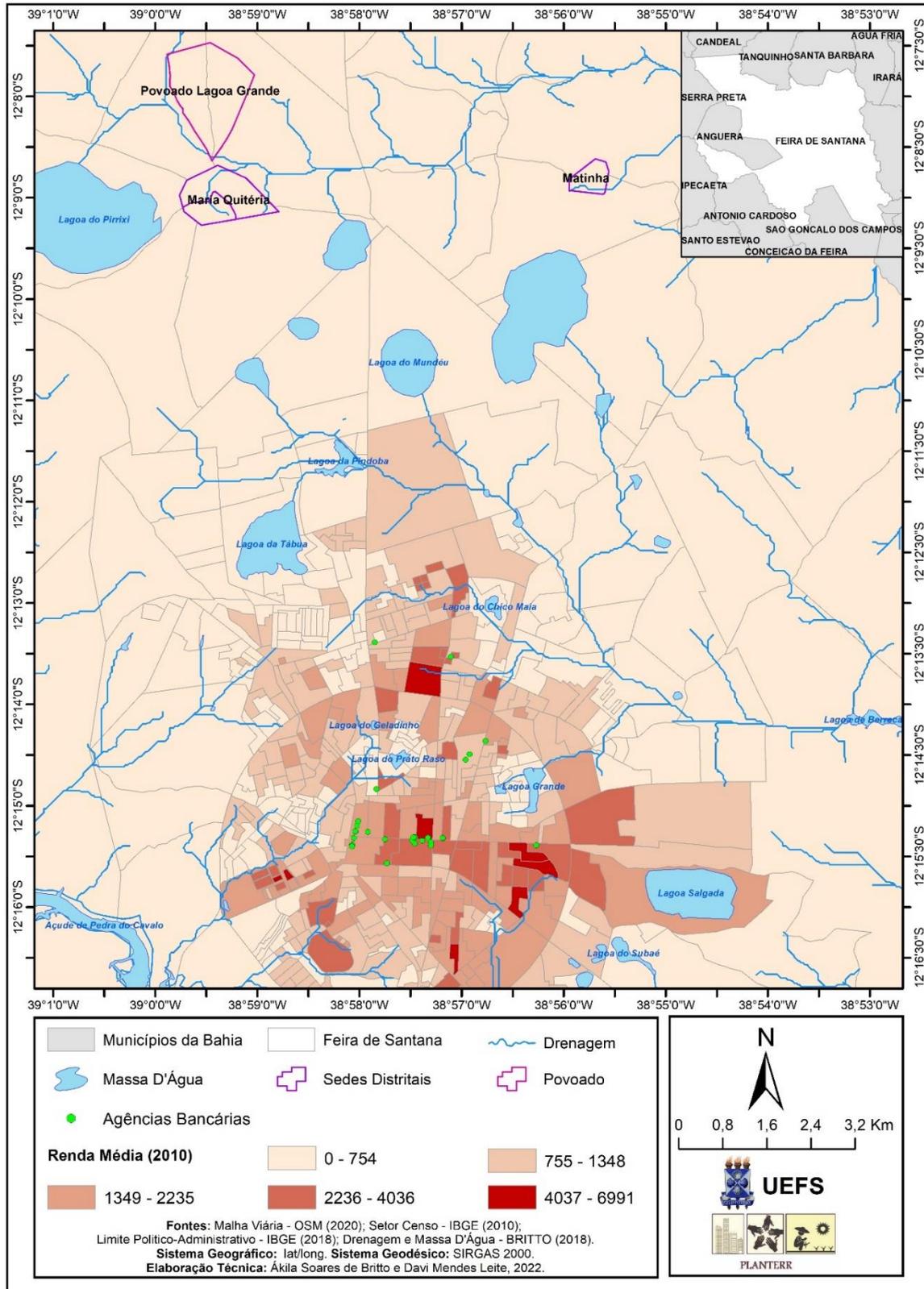
A decisão locacional de implantar agências bancárias é estritamente relacionada a decisões referentes a políticas de desenvolvimento mais gerais, seja regional ou nacional. Martin (1999 apud CROCCO, 2012) desenvolve essa afirmação a partir da teoria do lugar central. A partir dessa teoria, a decisão locacional de um banco para criar uma agência levaria em conta o nível de liquidez proporcionada pelo tamanho da população e nível de renda da região. Na figura 01 a distribuição das agências bancárias em Feira de Santana é apresentada em correlação à renda por área, de forma a expressar a localização agência *versus* a renda média por setor censitário.

É possível identificar que as agências se concentram em regiões nas quais a faixa de renda é da média para a mais elevada e no centro urbano. As agências que se encontram em áreas de menor renda média são do Banco do Brasil nos bairros Cidade Nova e Caseb; Caixa Econômica, no bairro Baraúna e no bairro São João; e Bradesco, no bairro Coronel José Pinto. Porém, mesmo a localização das agências que se encontram em bairros de renda média menor se dá em avenidas de grande fluxo comercial ou mesmo dentro de grandes estabelecimentos comerciais, como é o caso da agência localizada no bairro Caseb, instalada dentro de um shopping center.

Interpretar a relação entre renda e área indicaria que, da forma como já foi explicitado anteriormente, áreas de maior renda são privilegiadas. Essa é uma correlação possível de ser correta, porém outros elementos podem servir para caracterizar melhor a distribuição espacial, uma vez que as áreas centrais são espaços de funcionamento de comércio, podendo indicar que a liquidez que serve parâmetro para instalação de agência não necessariamente seja relacionada à renda média das pessoas que habitam determinada área, mas pela concentração da

atividade comercial existente em determinada espaço.

Figura 1 – Correlação da distribuição espacial das agências por faixa de renda dos setores censitários



Fonte: Elaborado pelo autor em colaboração com Ákila Soares de Britto (2022)

Desta forma, a atividade comercial pode indicar como se organiza a localização das agências. No mapa (figura 1) é possível identificar duas áreas de concentração: uma na avenida Getúlio Vargas e outra na Rua Conselheiro Franco – ambas estão entre as principais áreas de comércio da cidade e se entrecruzam, sendo a Av. Getúlio Vargas a principal avenida da região central do município. Essas duas áreas de concentração podem ser justificadas pela atividade econômica que existe nestes locais historicamente.

A Rua Conselheiro Franco recebeu a primeira agência bancária do município em 1919. Após, entre os anos 1958 e 1963, foram implantadas mais três agências e em 2001 se implantou a última agência bancária. Essa é uma área central de forte concentração do comércio popular, tanto na própria rua quanto nas ruas que a entrecruzam ou paralelas, e no seu entorno os bairros são das faixas de renda inferiores. O comércio popular formal e informal é exercido apenas no horário convencional, de forma que no turno da noite praticamente não há atividade comercial ou cultural.

O outro ponto de concentração, localizado na Avenida Getúlio Vargas, também é caracterizado pela atividade comercial formal e informal, porém se distingue por ser uma avenida de empreendimentos de maior poder aquisitivo, e os bairros limítrofes também são de maiores faixas de renda. Além disso, fora do horário comercial convencional existe uma forte dinâmica do setor de serviços, especialmente durante o período noturno. O quadro 2 mostra a quantidade de agências por bairro de Feira de Santana, assim como as respectivas populações de cada bairro.

A quantidade de agências por bairro revela a concentração de agências no bairro Centro e a evidencia ainda mais quando incorpora os dados da população – a média do bairro Centro é de 587,81 pessoas por agência. À exceção das agências dos bairros Cidade Nova e Mangabeira, todas as outras ficam em bairros próximos ao Centro ou em zonas limítrofes a ele. Assim, caso se considere um Centro ampliado a partir dos bairros vizinhos, a concentração se torna ainda maior. Um aspecto importante é que nenhum dos bairros que contêm agências está entre os cinco mais populosos do município, como é evidenciado através do quadro 3.

Além da localização em relação a bairros, para entender outras populações que são afetadas com a questão da distância geográfica ao acesso a agências bancárias é importante ressaltar que, além dos bairros, existem os distritos rurais. Feira de Santana é um município fortemente marcada pela questão rural. Apesar da maior

parte da população se encontrar no meio urbano, uma população expressiva reside na zona rural em povoados, comunidades, lugarejos e diversos territórios, que têm sido cada vez mais pressionados pela expansão urbana e, em muitos casos, se tornaram novos bairros. A figura 2 apresenta o mapa que relaciona a distribuição das agências bancárias por área de densidade urbana.

Quadro 2 – Relação entre agências bancárias de Feira de Santana (BA), localização por bairro e tamanho da população

NOME INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	BAIRRO	POPULAÇÃO ⁵
BANCO DO BRASIL S.A.	R. CONS. FRANCO,418	CENTRO	11.832 Hab.
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	RUA MONSENHOR TERTULIANO CARNEIRO	CENTRO	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	RUA CONSELHEIRO FRANCO	CENTRO	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	RUA CONSELHEIRO FRANCO, 178	CENTRO	
BANCO BRADESCO S.A.	RUA CONSELHEIRO FRANCO, 302	CENTRO	
BANCO BRADESCO S.A.	AV. SENHOR DOS PASSOS,1094	CENTRO	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	RUA ARISTIDES NOVIS, NUM 93	CENTRO	
BANCO BRADESCO S.A.	AV. GETULIO VARGAS, 971	CENTRO	
BANCO DO BRASIL S.A.	AV. MARIA QUITERIA,1454	CENTRO	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	AV. GETULIO VARGAS, 1018	CENTRO	
BANCO BRADESCO S.A.	RUA CONSELHEIRO FRANCO, 150	CENTRO	
BANCO BRADESCO S.A.	RUA CONSELHEIRO FRANCO, 150	CENTRO	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	AVENIDA GETULIO VARGAS, NUM 303	CENTRO	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	AV GETULIO VARGAS, 791	CENTRO	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	AV GETULIO VARGAS	CENTRO	
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	AVENIDA GETULIO VARGAS, 768	CENTRO	
BANCO DO BRASIL S.A.	AV. GETULIO VARGAS,1300	CENTRO	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA	CENTRO	
ITAÚ UNIBANCO S.A.	AVENIDA GETULIO VARGAS	CENTRO	
BANCO DO BRASIL S.A.	R. CONSELHEIRO FRANCO,418	CENTRO	
BANCO DO BRASIL S.A.	R. CONSELHEIRO FRANCO,418	CENTRO	
BANCO DO BRASIL S.A.	AV. GETULIO VARGAS	CENTRO	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	AVENIDA GOVERNADOR JOAO DURVAL CARNEIRO	SAO JOAO	10.239 Hab
BANCO DO BRASIL S.A.	AV. GOVERNADOR JOAO DURVAL CARNEIRO,3665	CASEB	10.982 Hab
BANCO DO BRASIL S.A.	R. ANTONIO CARLOS MAGALHAES,107	CIDADE NOVA	9.974 Hab
BANCO BRADESCO S.A.	AV. JOAO DURVAL CARNEIRO, 3686	CORONEL JOSE PINTO	-- ⁶
ITAÚ UNIBANCO S.A.	AVENIDA MARIA QUITERIA, Nº 1396	QUEIMADINHA	19.203 Hab
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	AVENIDA FRANCISCO FRAGA MAIA	MANGABEIRA	20.819 Hab
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	AVENIDA GETULIO VARGAS, NUM 3233	SANTA MONICA	11.617Hab
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, NUM 899	BARAUNA	8.093 Hab

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BCB) em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/relacao_instituicoes_funcionamento; e dados populacionais disponíveis em: <https://populacao.net.br>

⁵ A população leva em conta o censo IBGE 2010. Com a realização do censo de 2022 as informações podem ser alteradas.

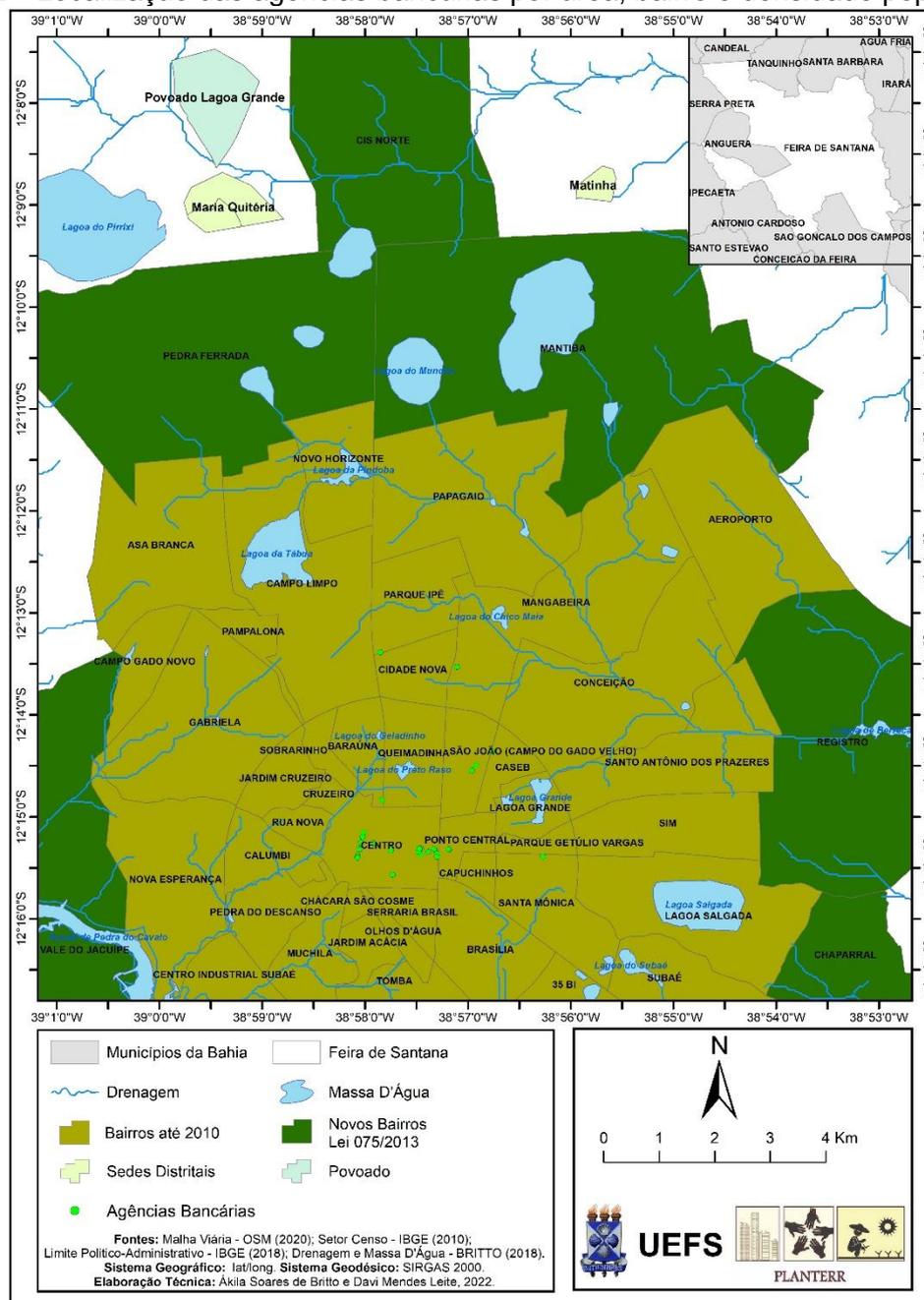
⁶ Não se encontrou o dado para esse bairro.

Quadro 3 – Cinco bairros mais populosos de Feira de Santana

Bairro	População
Tomba	55.007 Hab
Campo Limpo	47.060 Hab
Muchila	22.496 Hab
Conceição	21.694 Hab
Brasília	21.168 Hab

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados populacionais disponíveis em: <https://populacao.net.br>. Acessado em 05/02/2022.

Figura 2 – Localização das agências bancárias por área, bairro e densidade populacional



Fonte: Elaborado pelo autor em colaboração com Ákila Soares de Britto (2022)

Além da concentração indicada no mapa anterior, pode-se identificar visualmente agora a não existência de agências em lugarejos, povoados e em toda área rural, ou seja, em todos os distritos. É importante destacar que distância na questão do acesso a serviços bancários se torna um elemento ainda mais considerável para as populações residentes nas áreas rurais, pois a mobilidade a partir de transporte público pode se tornar também uma variável definidora das condições acesso a serviços bancários.

As características da distribuição espacial das agências bancárias podem levar em conta os seguintes elementos:

Característica: 1 – concentração espacial em área central urbana pouco povoada e de dinâmica comercial;

Característica: 2 – alto custo de deslocamento para a população de menor renda;

Característica: 3 – alta proporção entre quantidade de agência e população.

Os Bancos existentes em Feira de Santana e o momento em que se instalaram são representativos dos períodos econômicos em que bancos públicos forma importantes para o desenvolvimento nacional e regional. Kraychete (2009) traz uma análise de como se deu a organização bancária no contexto da trajetória da economia baiana e conclui que a distribuição das agências e a movimentação financeira – além do desempenho em termos de estoques médios de depósitos e de créditos –, concentradas em determinados espaços, constituem parte da dinâmica econômica e da espacialidade que a caracteriza.

Entre algumas contribuições sobre a geografia dos bancos, Corrêa (2006) analisa no Brasil focos de gestão do território por parte das finanças entre os anos 1960 e 1985. Essa gestão do território nacional ocorreu por meio de um processo intenso de incorporação de bancos locais por bancos regionais e dos bancos regionais pelos grandes bancos, e também pela concentração de suas sedes no município de São Paulo.

A não prioridade local na gestão das finanças tem a ver com os centros de decisão, conforme Santos (2014):

“É na medida em que a economia se complica que as relações entre as variáveis se dão, não apenas localmente, mas a escalas espaciais cada vez mais amplas. O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares

de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens. Desse modo, o papel das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos a finalidades próprias da sociedade local (SANTOS, 2014, p. 25).

Nesse sentido, é possível dizer que o papel que as finanças cumprem na gestão do território não se relaciona com o desenvolvimento local de acordo com as necessidades e características da dinâmica econômica do município, pois considerando que a instalação de uma agência possibilita novos depósitos e créditos em um espaço, a não existência de agências nos bairros, distritos e áreas rurais acaba por promover um processo de desenvolvimento concentrado nas áreas centrais do município.

5 ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTO DA ANÁLISE

5.1 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE

A comunidade localiza-se na área norte do município de Feira de Santana, fazendo parte do distrito rural de Maria Quitéria. Essa área constitui a entrada e saída de Feira de Santana pela BR 316/Norte, que uma vez construída separou a extensão de terra que ligava Lagoa Grande e Matinha dos Pretos.

O reconhecimento oficial comunidade da Lagoa Grande enquanto remanescente de Quilombo só ocorreu em 2007, porém a origem da comunidade data da primeira década de 1900. No contexto da época de pós abolição, três irmãos oriundos de outra comunidade – que atualmente também é reconhecida como remanescente de quilombo, chamada Matinha dos Pretos – chegaram à lagoa que hoje é conhecida como Lagoa Grande e que dá o nome da comunidade.

O contexto da origem da comunidade da Lagoa Grande se relaciona também com a primeira sede de Feira de Santana, São José das Itapororocas, localidade que hoje é a área urbana do distrito de Maria Quitéria e onde fica a igreja católica de São José. Relata-se que os três irmãos que chegaram à lagoa grande o fizeram a pedido de um fazendeiro que estava em posse das terras devolutas da igreja católica, e outra versão relata que três irmãos vindo de Matinha dos Pretos, ao encontrar água potável e terra para plantio, se instalaram ali (SANTOS; OLIVEIRA; SANTOS 2017).

A comunidade atualmente é composta por cerca de 200 famílias, como uma economia fortemente marcada por pela agricultura e comércio. A agricultura é a atividade econômica principal, a criação de animais também é presente, principalmente de pequeno porte, como aves e porcos. Na lavoura, as principais culturas são milho, mandioca e feijão. Porém, a diversidade é ainda maior, pois é forte a produção por meio dos quintais produtivos, o que possibilita produção mesmo em áreas que não são necessariamente destinadas à agricultura, possibilitando muitas pequenas produções de diversas culturas de frutíferas, hortaliças e leguminosas (SILVA et al., 2019).

A organização política e econômica da comunidade tem marco com a criação da Associação Comunitária dos Moradores de Maria Quitéria (ACOMAQ). A ACOMAQ foi criada pelos moradores da comunidade em 1973, se tornando um importante instrumento nos processos de luta e reivindicações de políticas públicas, como a

implantação do posto de saúde do distrito e da Escola Municipal Vasco da Gama (MENDONÇA, 2014). A ACOMAQ também tem importante papel enquanto articuladora no fortalecimento da economia local por meio do trabalho coletivo, cooperativas e da economia popular e solidária, a exemplo da iniciativa junto à Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), em que se articulou um processo comercialização coletiva que antes era feito apenas de forma individual (SANTOS, OLIVEIRA, SANTOS, 2017).

A cultura de construção de lideranças e participação em processos de luta, em especial contra o grande capital e fazendeiros, é, portanto, constituinte e persiste até os dias atuais, uma vez que a depender da conjuntura, regressos em direitos conquistados podem ocorrer. Atualmente, além da participação no movimento rural de pequenos agricultores de linha sindical, as lideranças têm se articulado de novas formas, a exemplo da articulação junto à Teia dos Povos (OLIVEIRA et al., 2019)

Atualmente, seja na relação a partir da Associação ou diretamente junto a moradores, existe uma relação muito próxima entre a comunidade e a Universidade Estadual de Feira de Santana. Isso ocorre devido à entrada de estudantes da comunidade na universidade, e também ao papel da extensão universitária por meio da Incubadora de Economia Popular e Solidária, que através de seus projetos de geração de trabalho e renda abre espaço dentro do campus para a comercialização solidária de produtos da comunidade, a exemplo das cantinas e das feiras que ocorrem na universidade.⁷

A partir da relação com a universidade, se abrem novas possibilidades não apenas para a comunidade, mas para a própria universidade, uma vez que possibilita incorporar ao meio acadêmico conhecimentos e práticas sociais, culturais e econômicas muitas vezes voltadas apenas para o mercado. E de outro lado, possibilita à comunidade ter acesso a espaços que são de direito, mas aos quais são impostas muitas barreiras de acesso.

5.2 PRÉ – ANÁLISE

O objetivo dessa pré-análise é resultar em uma categorização condizente com

⁷ Para acesso a trabalhos sobre a Incubadora e a comunidade da Lagoa Grande acessar o site: <http://incubadorauefs.blogspot.com/p/publicacoes.html>

o objetivo da pesquisa. A pré-análise tem como objetivo organizar por meio da escolha de documentos, a definição de objetivos e/ou hipóteses provisórias e indicadores que vão ajudar na sistematização da análise (FRANCO, 2018). Essa etapa é formada pelos seguintes momentos: 1 - Leitura em profundidade do *corpus* de pesquisa, 2 - definição das unidades de registro, 3 – hipóteses provisórias, não necessariamente forma cronológica.

Na leitura em profundidade se realizou um primeiro aprofundamento sobre os textos das entrevistas completas, e com esta leitura foi possível retirar as partes contextuais de onde emergem as unidades registro. Esse momento representou uma primeira organização das entrevistas por meio dos quadros de agrupamento das perguntas.

A hipótese que inicialmente direcionou a pesquisa foi a de que as finanças solidárias podem ser um instrumento de territorialização financeira que promova desenvolvimento local com inclusão financeira. Essa hipótese foi formulada a partir da teoria estudada e que se confrontou à medida que as entrevistas manifestavam seu conteúdo. A hipótese inicialmente formulada partiu do pressuposto de que, uma vez constatada na literatura que a distância geográfica influenciava o nível de exclusão financeira nos territórios, então seria possível identificar esse fato também no território estudado, e uma vez se confirmando, as finanças solidárias, por meio de organizações não bancárias, seriam uma forma de incidir sobre o problema da exclusão financeira (FRANÇA FILHO; RIGO, 2017).

Surgida na reflexão sobre as entrevistas na pré-análise, a hipótese provisória será entendida como uma hipótese diretriz (HIRANO, 1979) que serve de coordenada, projeção do conhecimento, a ser numa etapa posterior, confirmada ou refutada. A hipótese inicial e a hipótese provisória são colocadas de certa maneira em confronto, e dessa discussão ocorre a produção de síntese entre o que era projetado e o que se produziu na pesquisa. O objetivo da pesquisa, portanto se constitui nesse confronto entre o projetado e a investigação encontrada.

A hipótese inicial é que os Bancos Comunitários são instrumentos de territorialização financeira que promovem desenvolvimento local com inclusão financeira. Durante a pré-análise foi possível identificar que existe uma prática financeira no território e que, em meio às barreiras e adversidades internas e externas ao território no acesso a produtos financeiros, principalmente por meio das agências, foram encontradas maneiras formais e informais de articulação financeira. Nesse

sentido, a hipótese provisória é de que há uma tensão entre territorialização financeira solidária e exploratória.

Para tal análise foram utilizados quadros que pudessem organizar e sistematizar a análise de conteúdo. Seguindo esse procedimento, os quadros organizaram os dois pontos principais: a unidade de contexto; e a unidade de registro. A unidade contexto deve ser considerada e tratada com a unidade básica da compreensão de codificação da unidade de registro (FRANCO, 2018). A unidade de contexto, nos dizeres da autora, é o pano de fundo da unidade de registro e nesse sentido a unidade de registro está contida na unidade de contexto.

A unidade de registro (UR) escolhida foi o tema, pois frases que expressem afirmações, motivações ou dúvidas dentro do contexto podem permitir interpretações mais adequadas de acordo com o contexto.

Os quadros foram divididos em dois blocos de registro, e cada quadro sempre corresponde ao conjunto de respostas a uma das perguntas abertas realizadas na entrevista. O primeiro bloco de registro é onde se expressa o contexto e o tema. Uma vez realizada a pré-leitura e a definição de hipótese provisória, realizou-se o recorte nas entrevistas que pudessem expressar o contexto e a definição da unidade de registro temática, a partir da definição de contexto e da UR se interpretou significados. Os quadros do primeiro bloco têm a seguinte estrutura:

Bloco 1

Pergunta

Unidade temática:	
Unidade de Contexto	Significado

O intuito dessa etapa é organizar a partir dos significados a prévia do processo de categorização. É importante que na análise de conteúdo as categorias sejam definidas no processo de manifestação do conteúdo do *corpus* de pesquisa, e a partir do que foi expresso se iniciou o processo categorização.

No segundo bloco de registro os quadros têm a função de organizar o processo final de categorização. Essa etapa foi realizada por agrupamento de similaridade, sendo que cada agrupamento de significado gerou uma categoria, ficando o quadro com a seguinte estrutura:

Bloco 2
Pergunta

Significado	Categoria:
--------------------	-------------------

5.2.1 Primeiro Bloco de Registro: apreensão dos significados

Pergunta 7: Caso tenha conta em agência, onde se localiza? A distância dificulta o acesso?

Unidade temática: condições de acesso a agência devido à distância		
	Unidade de Contexto	Significado
S1	/////	/////
S2	“não é um problema não, porque já tem esse costume de tá quase sempre na rua, então se precisa fazer algo dentro da agência o problema é assim que você tem que ir muito cedo entendeu?”	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.
S3	“dificulta bastante...como é a gente mora na zona rural né o transporte aqui é agora melhorou um pouco né porque com as vans com o sistema dos transporte alternativo melhorou um pouco”	Transporte público é um dificultador.
S4	“a única dificuldade é o transporte mesmo...a distância”	Transporte público é um dificultador.
S5	“é de difícil acesso... mesmo que tenha que ir pra rua, porque já vou, quando vou fazer alguma coisa na caixa, já aproveito um dia que vou fazer alguma coisa na rua pra não ter que sair simplesmente só pra resolver algo lá, então já aproveito e	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.

	já junto o útil ao agradável”	
S6	“minha agência é a agência Subaé então solitaria, é ali próximo ao Gastão né solitaria aqui na Marisa eu indo de ônibus solitaria na Marisa e teria que caminhar um pouco até chegar lá, mas é o transtorno pra mim não traz pelo que tô te dizendo devido a facilidade de transporte na comunidade”	Transporte público não é um dificultador.
S7		
S8	“tipo pedi pelo telefone, mas na hora de buscar (o cartão) fui buscar na agência, então tranquilo deixei mesmo pra ir na rua resolver alguma coisa, mas no mais é isso”	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.
S9	“nem todas vezes a gente tá disponível pra poder ir na rua fazer esse saque...dia mesmo que eu não tô bem, não adianta eu ir pra rua, aí as vezes eu tenho que esperar eu tá bem, ou esperar que alguém pra ir comigo entendeu”	Não é acessível

Pergunta 8: Existe alguma dificuldade ou preocupação ao usar serviços bancários? Quais?

Unidade temática: dificuldades e preocupação no acesso a serviços financeiros		
	Unidade de Contexto	Significado
S1	“Rapaz, tem porque esse negócio de nessa técnica aí eu...pela leitura não é difícil, o negócio é que eu não me pratiquei pra botar	Dificuldade com novas tecnologias.

	em prática, não aprendi, eu aprendo hoje passou oito dias sem mexer, quando vou mexer ahh perdi de novo”	
S2	“nós que somos estudantes temos de certa forma assim como é que posso dizer em questão da passagem né, a gente paga metade da passagem então acho que a gente é beneficiado nesse sentido, então pra mim todas as vezes que precisei ir não tive dificuldade não, em relação a segurança minha movimentação é pouquíssima”	Custo de transporte como principal
S3	“Não, nem dificuldade nem preocupação nenhum dos dois, eu não me preocupo tanto com essas questões não, eu confio (risos) (tecnologia) ainda mais como dizem que cartão com chip é mais seguro tal então confio”	Tecnologia não gera dificuldade e é fator de segurança.
S4	“dificuldade e preocupação acho que a única dificuldade para poder ter acesso a (agência) acho que é somente pra se deslocar até lá... E o digital que é o outro né acho que só essas fraudes que tá tendo muito né acho que só esses dois mesmo”	Mobilidade como fator de dificuldade Digital como fator de preocupação
S5	“Maior preocupação é fila, a fila da caixa ultimamente tira qualquer cidadão de fazer algum serviço ali dentro pelo amor deus”	Prestação do serviço como dificultador.
S6	“Eu me preocupo muito com essa questão... a questão do aplicativo com essas questões dos golpes... enquanto a agência física é a demora no atendimento”	Tecnologia fator de desconfiança Agência prestação do serviço como dificultador
S7	“Não é muito difícil não, que hoje em dia	Mobilidade como facilitador

	tem o transporte...pra mim hoje tá mais fácil que antes era mais difícil”	
S8	“Não, eu acho assim por eu tá no banco e achar que ali é tudo seguro”	Estar na agência é seguro
S9	“Sempre se preocupo sim... eu não sei manusear o caixa né, eu tenho que pegar aquela fila de pessoal de auto ajuda”	Tecnologia dificulta e depende da prestação de serviço presencial

Pergunta 9: Na comunidade ou em locais próximos tem algum serviço financeiro que utiliza, formal ou informal? Se sim, qual?

Unidade temática: Práticas Financeiras no Território		
	Unidade de contexto	Significado
S1	<p>“...financeiro já tem aqui chamado a lotérica a loteria, você entra por São José inaugurou agora”</p> <p>“Tem o celular do camarada que fui lá pra ele fazer...não vai mais em feira, resolve o problema dele aqui mesmo”</p> <p>“Existe essa figura chamada agiota, aqui tinha...”</p> <p>“Existe esse (na solidariedade) que é ligeiro e tem o outro que você já vai em fulano, é tantos por cento é o agiota chamado esse aí...”</p>	<p>Prática financeira informal preponderante em relação a formal.</p> <p>Informal: relação de solidariedade e/ou exploratória.</p>
S2	<p>“só tem a casa lotérica, mas na comunidade a comunidade só se precisar comprar algo e passar o cartão de débito aí é tranquilo também”</p>	<p>Poucas opções de serviço financeiro.</p>
S3	<p>“Formal não, informal acho que sempre existe uns né faz empréstimo aqui outro ali mas formal não”</p> <p>“Sim entre amigos conhecidos não necessariamente entre amigos, mas conhecidos”</p>	<p>Poucas opções de serviço financeiro formal.</p> <p>O que existe é entre amigos.</p>
S4	<p>“Na comunidade formalmente não e informal desde que eu conheça também não né mas acho que não</p>	<p>Pouca ou nenhuma opção de serviço</p>

	tem”	financeiro formal.
S5	“Aqui acho que tem algumas pessoas da comunidade que pega dinheiro com agiota...”	Opção apenas informal
S6	“à família, essa questão do empréstimo do suporte financeiro realmente é a família...”	Família é o suporte financeiro.
S7	“sempre converso com minha amiga que eu gosto muito dela (...) trabalhamos muito junto na feirinha é uma coisa que sempre a gente fala o que gente tiver a gente passa, mas pra tomar dinheiro empréstimo dos outro eu não gosto...”	Pratica financeira com suporte na amizade
S8	“talvez não era nem agiota mas por ser uma pessoa que muitas das vezes tinha assim um dinheiro a mais então se pegava o empréstimo para trinta dias ou pra quando fosse entendeu...”	Quem oferta informalmente é quem tem a mais.
S9	“Não...comunidade aqui só pra compra de algumas coisas mesmo que vende só pra compra pra vida financeira não”	Não utiliza de nenhuma prática financeira na comunidade.

Pergunta 10: O que mais te interessa em ter acesso a serviço financeiro?

Unidade temática: O que interessa o uso das finanças		
	Unidade de contexto	Significado
S1	“Só sair do sufoco a única coisa quando eu vou é quando não tem jeito” “..falei com menino que tava aqui na hora que as galinhas sair do puleiro a gente separar umas dez cabeças pra poder pegar e trocar por ração de animal por que não posso comprar fiado...”	Usa serviço financeiro como emergência.
S2	“no caso ter que economizar ou ter que de uma certa forma guardar alguma coisinha entendeu?”	Usar como poupança.
S3	“rapaz hoje em dia é a questão de receber o salário mesmo, porque poupar nas condições que a gente	Interesse na praticidade

	tá hoje não tem como né”	Gostaria de poupar
S4	“o que mais me interessa acho que é poder investir pra você poder ter é uma organização melhor na vida...você ter querer almejar algo e querer botar um dinheiro ali guardado para investir “	Tem interesse em investir para ter maior segurança financeira
S5	“Acho que a facilidade, as vezes hoje mesmo com a tecnologia é uma facilidade que a gente tem de movimentar nossa conta de casa mesmo, de pagar conta, não ter necessidade da gente ir mais na rua pra poder pagar uma fatura”	Interesse na praticidade em relação a ter que ir na rua.
S6	“é aquele momento em que eu preciso resolver algo e eu preciso realmente fazer aquele empréstimo porque eu preciso resolver uma situação que está pendente pra mim naquele momento de sufoco”	Usa serviço financeiro como emergência.
S7	“menino o que me interessa assim de eu trabalhar mais” “pode ajudar assim como eu to fazendo essas coisas básica fazer um beijú fazer uma puba fazer uma massa de aipinho um negócio fica mais fácil...”	Ter condições de continuar a trabalhar
S8		
S9	“melhorar a propriedade, melhorar a qualidade dos animais, é um pouco voltado mesmo pra dentro do recurso que a gente conveve no dia a dia”	Interesse em investir produtivamente.

Pergunta 11: O que mudaria se você tivesse acesso a serviços financeiros dentro da comunidade?

	Unidade temática: Solução da distância geográfico	
	Unidade de contexto	Significado

S1	“a saída que todos nós tínhamos era o SICOOB Feira nós criou a cooperativa de crédito”	Já houve uma alternativa formal
S2	“você não precisaria usar o transporte não precisaria gastar”	Redução de custos de transporte
S3	“eu acho que facilitaria bastante a questão de deslocamento principalmente... até a forma de economia da própria comunidade iria girar melhor”	Evitaria deslocamento urbano
S4	“A gente mora um pouco distante... acho que tendo um na comunidade as coisas iriam ficar bem mais fáceis de se resolver”	Praticidade
S5	“a gente não precisasse ter que se deslocar pra cidade pra fazer alguma coisa referente ao financeiro seria bom”	Praticidade
S6	“Eu já ia deixar de buscar tão distante, essa é uma questão.” “quem tá oferecendo serviço teria essa confiança de estar próximo das pessoas de conhecer as pessoas”	Praticidade e melhoraria o serviço.
S7	“você tem uma coisa que possa resolver aqui em vez de ir pra o são José ou de ir pra rua tivesse aqui ô meu Deus”	Praticidade
S8	“ah melhoraria, né? Porque de uma certa forma a gente não iria se deslocar daqui pra o centro da cidade então seria uma grande ajuda”	Praticidade
S9	“dentro da comunidade você teria um acompanhamento mais de mais	Serviço mais adequado

	monitorado um acompanhamento com assistência maior né”	
--	--	--

Pergunta 12: O que você acha da possibilidade de serviço financeiro organizado por um Banco Comunitário da comunidade?

Unidade temática: possibilidades de desenvolvimento local		
	Unidade de contexto	Significado
S1	“então o que nós precisa ai é o seguinte, nós tá com a incubadora na base aqui, nós tá com assessoria da UEFS aqui ajudando a nossa COOBAFS – cooperativa de beneficiamento da agricultura familiar. Se firmar pra ser uma cooperativa forte”	Possibilidade de fortalecimento produtivo
S2	“...os consumidores tanto os donos de mercadinhos ou até o pessoal que tem hortaliças acho que ajudaria bastante, que não tinha essa preocupação de você ir no centro da cidade ou até a praça de São José pra ter que fazer algum serviço desse”	Possibilidade de fortalecer produção, o comércio e praticidade.
S3	“Aí seria ótimo né justamente pela essa questão da economia a economia ficaria né restrita aqui na própria comunidade.” por exemplo beijú que a gente vende aqui então é isso ia valorizar mais acredito eu valorizaria mais”	Percepção de melhorar a economia local e fortalecimento de comércio.
S4	“iria resolver várias coisas da nossa vida porque a gente tira muito tempo para resolver uma coisa se tivesse um aqui iria gastar menos tempo”	Praticidade
S5	“...as pessoas que pegam dinheiro com	Alternativa as práticas

	<p>agiota, né, no sufoco, na correria, não acha com o parente com o amigo e ai vai...</p> <p>...seria bom pra comunidade muito bom pra ajudar financeiramente as pessoas da própria comunidade”</p>	exploratórias
S6	<p>“a gente teve a muitos tempos atrás da minha infância que eu me lembro disso um banco de sementes, não é a mesma coisa, mas é o quê aquilo que tava guardado todo ano. Então a comunidade tinha aquela reserva que sabia que no momento da plantação você ia lá e buscava. Você tem uma possibilidade de um aporte financeiro dentro da comunidade, pra o momento que a pessoa precisar ter ali, aquele socorro”</p>	O banco comunitário traria mais “segurança” em momentos difíceis.
S7	<p>“Era ótimo viu ai meu deus se conseguisse fazer isso aí, dando tudo certinho trabalhando tudo direitinho sabe era ótimo aí eu assino embaixo.”</p>	
S8	<p>“Rapaz, logo de início a gente fica meio assim apreensivo, se pode dá certo, se não pode, mas seria bom tentar né como é uma coisa nova então com certeza eu acho que ajudaria entendeu?”</p>	Incerteza se pode dar certo.
S9	<p>“seria uma ideia ótima, porque quando você faz um banco comunitário com moeda comunitária você de certa forma faz uma rede, uma rede onde você consegue comprar e você consegue vender o que você produz, porque a moeda tá circulando ali...”</p>	Fortalecimento da economia local por meio de rede.

5.2.2 Segundo Bloco de Registro: categorização

As categorias de análise indicam os caminhos para a interpretação e inferências dos resultados. As categorias aqui construídas surgiram a partir da análise das entrevistas e após a etapa da pré-análise.

A pré análise consistiu na leitura em profundidade, definição da unidade de registro e novas hipóteses. Uma vez realizada a definição das unidades de registro – que no caso se deu pela unidade temática –se iniciou a etapa da categorização. A definição de categorias foi resultado da atribuição de significados manifestos nos conteúdos das entrevistas a partir das unidades temáticas. Uma vez atribuído o significado, se identificou as similaridades de significado nas respostas, que quando agrupadas resultou nas categorias.

Legenda de categorização

	Acesso Geográfico
	Uso de Tecnologia
	Práticas Financeira
	Organização Financeira
	Iniciativas de desenvolvimento local

Definições:

Acesso Geográfico: Refere-se aos efeitos da existência ou não de agências e/ou postos de atendimento em uma determinada área.

Uso de Tecnologia: Refere-se aos efeitos da tecnologia em relação a melhoria e dificuldade no acesso a serviços financeiros.

Prática Financeira: Identifica as formas de ter acesso a produtos financeiros formais ou informais no território.

Organização Financeira: Identifica o que motiva as pessoas a terem acesso a serviços financeiros.

Iniciativas de desenvolvimento local: Identifica a existência passada ou presente de iniciativa econômicas, solidárias ou não.

Pergunta 7: Caso tenha conta em agência, onde se localiza? A distância dificulta o acesso?

	Significado	Categoria:
S2	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.	Acesso Geográfico
S3	Transporte público é um dificultador.	
S4	Transporte público é um dificultador.	
S5	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.	
S6	Transporte público não é um dificultador.	
S8	O acesso se dá quando vai realizar outras atividades na rua.	
S9	Não é acessível	

A categoria “Acesso Geográfico” refere-se à existência ou não de agências e/ou postos de atendimento em uma determinada área (CROCCO, 2013). Quando perguntado se a distância dificulta o acesso as respostas se concentram em duas características: 1) que a ida à agência é feita quando se vai a “rua” para outros afazeres e aproveita pra ir ao banco; e 2) a questão do transporte público/ mobilidade urbana.

Pergunta 8: Existe alguma dificuldade ou preocupação ao usar serviços bancários? Quais?

A categoria “Uso de tecnologia” surgiu quando se perguntou sobre dificuldade em geral ou preocupação, não necessariamente indo a agência, mas também utilizando meios digitais.

	Significado	Categoria
S1	Dificuldade com novas tecnologias.	Uso de Tecnologia Acesso Geográfico
S2	Custo transporte como principal.	
S3	Tecnologia não gera dificuldade e é fator de segurança.	
S4	- Mobilidade como fator de dificuldade - Digital como fator de preocupação	
S5	Prestação do serviço como dificultador.	

S6	- Tecnologia fator de desconfiança - Prestação do serviço como dificultador	
S7	Mobilidade como facilitador	
S8	Estar na agência é seguro	
S9	Tecnologia dificulta e depende da prestação de serviço presencial	

Pergunta 9: Na comunidade ou em locais próximos tem algum serviço financeiro que utiliza, formal ou informal? Se sim, qual?

	SIGNIFICADO	Categoria
S1	- Prática financeira informal preponderante em relação a formal. - Informal: relação de solidariedade e/ou exploratória.	Práticas Financeiras
S2	- Poucas opções de serviço financeiro.	
S3	- Poucas opções de serviço financeiro formal. - O que existe é entre amigos.	
S4	Pouca ou nenhuma opção de serviço financeiro formal.	
S5	Opção apenas informal	
S6	Família é o suporte financeiro.	
S7	Prática financeira com suporte na amizade	
S8	Quem oferta informalmente é quem tem a mais.	
S9	Não utiliza de nenhuma prática financeira na comunidade.	

Pergunta 10: O que mais te interessa em ter acesso a serviço financeiro?

	SIGNIFICADO	Categoria	
S1	Usa serviço financeiro como emergência.	Organização Financeira	
S2	Usar como poupança.		Acesso Geográfico
S3	- Interesse na praticidade - Gostaria de poupar		

S4	Tem interesse em investir para ter maior segurança financeira	
S5	Interesse na praticidade em relação a ter que ir na rua.	
S6	Usa serviço financeiro como emergência.	
S7	Ter condições de continuar a trabalhar	
S9	Interesse em investir produtivamente.	

Pergunta 11: O que mudaria se você tivesse acesso a serviços financeiros dentro da comunidade?

	SIGNIFICADO	Categoria
S1	Já teve uma alternativa formal	Acesso Geográfico
S2	Redução de custos de transporte	
S3	Evitaria deslocamento urbano	
S4	Praticidade	
S5	Praticidade	
S6	Praticidade e melhoraria o serviço.	
S7	Praticidade	
S8	Praticidade	
S9	Serviço mais adequado	

Pergunta 12: O que você acha da possibilidade de serviço financeiro organizado por um Banco Comunitário da comunidade?

	SIGNIFICADO	Categoria: Iniciativas de desenvolvimento local
S1	Possibilidade de fortalecimento produtivo	Iniciativas de desenv. Local
S2	Possibilidade de fortalecer produção, o comércio e praticidade.	Acesso Geográfico Prática Financeira
S3	Percepção de melhorar a economia local e fortalecimento de comércio.	Organização Financeira
S4	Praticidade	

S5	Alternativa as práticas exploratórias	
S6	O banco comunitário traria mais “segurança” em momentos difíceis.	
S7	“Era ótimo viu ai meu deus se conseguisse fazer isso ai dando tudo certinho trabalhando tudo direitinho sabe era ótimo ai eu assino embaixo.”	
S8	Incerteza se pode da certo.	
S9	Fortalecimento da economia local por meio de rede.	

5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO GERAL

A partir das categorias definidas nos quadros de pré-análise, do perfil socioeconômicos das entrevistadas e entrevistados (quadro 4) e das informações sobre acesso e uso de serviços financeiros (quadro 5), é possível compreender como a realidade financeira acontece em um espaço não escolhido para as práticas bancárias. Os efeitos dessa não escolha podem ter caminhos diferentes, seja para superar as barreiras de acesso, seja para buscar por alternativas informais e/ou solidárias – tais caminhos serão abordados mais à frente.

Ao todo foram entrevistadas nove pessoas, que configuram uma amostra não probabilística, construída por meio da técnica bola de neve. Todas se auto declararam pretas, seis são do sexo feminino e três são do sexo masculino. Todas são adultas, sendo que a pessoa mais nova tem 22 anos de idade e a mais idosa 65 anos, conferindo uma média de 41,5 anos de idade à amostra. É notória a importância da proteção social por parte do Estado na comunidade, pois mesmo pessoas com escolaridade alta dependem de renda proveniente de políticas da seguridade ou assistência social, como aposentadorias ou programas sociais, o que provavelmente influencia no nível de renda, que variou entre não ter renda e R\$ 1.350,00.

Quanto às informações de acesso e uso de serviços financeiros, todos informaram ter conta bancária. Quanto ao uso, a maior utilidade é para serviços básicos, principalmente realizar saques e possuir conta corrente. Apenas três pessoas informaram usar cartão de crédito e empréstimo. Os meios de acesso mais presentes

foram o caixa 24h, seja os que ficam dentro da agência ou outros terminais de autoatendimento, e o celular. Quanto à satisfação do serviço as respostas positivas são maiores para serviços digitais do que presenciais. A partir do quadro 5 é possível identificar que as pessoas estão inseridas do sistema bancário. Adiante, se analisa o acesso e o uso a partir da análise categorial, buscando investigar como as finanças solidárias podem ser viáveis enquanto alternativa de inclusão financeira.

Quadro 4 – Perfil Socioeconômico das pessoas entrevistadas

Nome	Sexo	Idade	Raça/ Cor/ Etnia	Fonte de Renda	Escolaridade	Renda
S1	M	65	Preta	Aposentado	Médio Completo	Um salário mínimo
S2	F	43	Preta	Autônoma/ Empreendedora Programas Sociais	Superior Incompleto	Um Salário Mínimo.
S3	M	26	Preta	Assalariado sem carteira Autônomo/ Empreendedor	Superior Incompleto	Setecentos reais
S4	F	22	Preta	Não tem renda	Superior Incompleto	Não tem renda
S5	F	43	Preta	Desempregada	Superior completo	Não tem renda
S6	F	41	Preta	Autônoma/ Empreendedora (Cantina Solidária) Programa Social	Superior Completo	Seiscentos reais com auxílio. Antes da Pandemia, oitocentos reais
S7	F	60	Preta	Aposentada e casa de farinha pra complementar renda.	Fundamental Incompleto	Aposentadoria R\$ 1.100,00 Venda de produtos da casa de farinha entre R\$50,00 e R\$250,00 por semana
S8	F	30	Preta	Programa Social	Médio Completo	Meio Salário Mínimo
S9	M	44	Preta	Aposentado	Médio Completo	Salário Mínimo

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 5 – Acesso e uso de serviços financeiros pelas pessoas entrevistadas

Entrevistado/a	Tem conta bancária?	Há quanto tempo?	Banco Privado Ou Público?	Serviços que utiliza?	Meio de acesso a conta?	Satisfeito com o serviço bancário?
S1	Sim	Mais de 20 anos	- Público. - Já teve conta em cooperativa	- Saque - Conta corrente - Empréstimo - Poupança - Cartão de crédito	- Agência (no onde posso ajudar?)	Sim
S2	Sim	6 anos	Público	Saque	Caixa 24h	Sim
S3	Sim	7 anos	Público e privado digital	Conta Poupança e emissão de boleto.	Caixa 24h e Celular	Digital Sim Agência não
S4	Sim		Público e privado digital	Saque e conta corrente	Agência Celular	Sim
S5	Sim	8 anos	Público e Privado	Saque Poupança Cartão de crédito Empréstimo	Caixa eletrônico 24h da agência e Celular	Uma conta Sim Uma conta Não
S6	Sim	16 anos	Publico Privado digital Já teve cooperativa.	Saque Cartão de crédito Guardar Pagamento e depósito	Celular Agência Correspondente bancário (lotérica)	Não
S7	Sim	Muito tempo	Banco Público	Poupança	Caixa 24h da agência	Sim
S8	Sim	7 anos	Banco Público	Saque e Depósito	Caixa 24h Celular	Sim
S9	Sim	2 anos	Banco Privado	Saque	Agência	Não

Fonte: Elaborado pelo autor

5.3.1 Categorias de análise e as finanças solidárias

O processo de categorização construído na pré-análise expressa questões que contribuem qualitativamente para os desafios no enfrentamento à exclusão financeira. Acesso geográfico, uso de tecnologia, práticas financeiras, organização financeira e iniciativas de desenvolvimento local são categorias que levam a questões já abordados em estudos sobre o tema da exclusão financeira de forma geral e começam a ser abordados também por meio de estudos da Economia Popular e Solidária.

Cavalcanti (2017) aborda as dificuldades que as moedas sociais encontram perante o sistema financeiro tradicional e aponta o fortalecimento da identidade que as moedas sociais carregam como caminho para se construir enquanto alternativa de inclusão financeira. Para Menezes (2007), as moedas locais são percebidas pelos que as utilizam como uma forma de enfrentamento da exclusão não apenas financeira, mas também social e econômica, assim como França Filho e Rigo (2017) apontam que “o uso da moeda social no território envolve a noção de apropriação cidadã da moeda, da história e da identidade do lugar dentre outras nuances a depender das características locais”.

O “acesso geográfico” é um dos fatores determinantes quando se trata de inclusão financeira, pois por diversos fatores muitos serviços ainda são realizados no espaço físico das agências. Esse fator traz consigo outras dificuldades derivadas no acesso ao serviço bancário, que se relacionam à praticidade. Foi notório nas entrevistas que a ida ao banco pressupõe ir ao centro da cidade para realizar outras tarefas, dependência de transporte e custos adicionais.

S2 *“Eu posso dizer que não é um problema não, porque já tem esse costume de tá quase sempre na rua, então se precisa fazer algo dentro da agência o problema é assim que você tem que ir muito cedo entendeu? Pela quantidade de gente mas não tem problema de locomoção”*

O “uso da tecnologia” é a categoria que expressa a transformação de nossa sociedade, e nas finanças tem sido o vetor principal de desenvolvimento de novos produtos. Com a tecnologia se espera que produtos que são oferecidos presencialmente possam cada vez mais ser oferecidos por meio de aparelhos como smartphones ou notebooks. Porém, se observa que mesmo com as facilidades

proporcionadas pela tecnologia, a dimensão do presencial ainda tem lugar central para acesso aos serviços financeiros. A tecnologia aparece nas entrevistas apenas quando se pergunta sobre preocupação e dificuldade para ter acesso a serviços financeiros, de forma que questões relacionadas à segurança, à aprendizagem e à praticidade são elementos que aparecem relacionadas à tecnologia como fatores dificultadores no acesso a serviços financeiros.

S1 *“Rapaz, tem porque esse negócio de nessa técnica ai eu..pela leitura não é difícil, o negócio é que eu não me pratiquei pra botar em prática, não aprendi, eu aprendo hoje passou oito dias sem mexer, quando vou mexer ahh perdi de novo”*

S3 *“Não nem dificuldade nem preocupação nenhum dos dois eu não me preocupo tanto com essas questões não eu confio (risos) (tecnologia) ainda mais como dizem que cartão com chip é mais seguro tal então confio”*

S6 *“Eu me preocupo muito com essa questão, do vamos a questão do aplicativo com essas questões dos golpes né que a gente tem sofrido muito, é uma questão que a insegurança que o celular o aplicativo nos traz...”*

As práticas financeiras no território aparecem como formas de driblar as dificuldades provenientes das práticas bancárias, ou seja, da localização da agência, de produtos não adequados àquela realidade ou da prestação de serviço de forma inadequada. Essas práticas são divididas entre informais e solidárias. Práticas exploratórias podem ser informais ou não, e as práticas solidárias se relacionam com o suporte e ajuda que familiares, amigos e conhecidos exercem no território. As práticas informais exploratórias são as mais controversas, pois têm a ver com o que comumente é conhecido como “agiotagem”.

S5 *“Acho que se tivesse um banco né comunitário, e a gente pudesse, tivesse a facilidade (...), as pessoas que pegam dinheiro com agiota, né no sufoco, na correria, não acha com o parente com o amigo e ai vai. Se tivesse um aporte financeiro dentro da comunidade que pudesse fazer isso de forma que não colocasse a faca no pescoço da pessoa, porque as vezes o agiota você toma o dinheiro, mas você vai ter que naquele dia você tem que pagar, porque se não tem aquele juros né que corre, tem gente mesmo que prefere nem receber o dinheiro, a parcela, mas prefere ficar só recebendo o juro para poder tá*

ganhando mais, então seria bom pra comunidade muito bom pra ajudar financeiramente as pessoas da própria comunidade”

S8 *“...Não sei né possa ser que seja o meu pensamento, mas antigamente existia muito isso do pessoal pegar na mão de agiota ou talvez não era nem agiota mas por ser uma pessoa que muitas das vezes tinha assim um dinheiro a mais então se pegava o empréstimo para trinta dias ou pra quando fosse entendeu sempre tinha isso mas agora vejo falar assim bem pouco”*

S1 *“Que eu utilizo não financeiro já tem aqui chamado a lotérica a loteria você entra por São José inaugurou agora”
“Nesse empréstimo da amizade tem e não tem de juro, e tem de não se eu tomar de três dias é favores, mas quando passa trinta dias a rapaz o juros é dez por cento.”*

S3 *“Sim entre amigos conhecidos não necessariamente entre amigos mas conhecidos”*

A categoria “organização financeira” surge quando se pergunta o que interessa às pessoas em ter acesso a serviços financeiros, e uma vez para a pergunta sobre a possibilidade de um Banco Comunitário na comunidade e podem expressar duas questões. Uma sobre educação financeira e outra sobre inclusão financeira. O interesse no acesso a serviços financeiros apareceu relacionado a motivações sobre poder usar o dinheiro de forma mais preventiva como poupança, reserva de emergência, empréstimo em caso de necessidade imediata e de longo prazo para investimento.

S1 *“Só sair do sufoco a única coisa quando eu vou é quando não tem jeito...Quando não tem saída, quando não tenho outra forma de tomar, mas se eu tiver uma forma, tiver um bicho pra vender tiver um negócio pra mim eu não vou lá”*

S4 *“o que mais me interessa acho que é poder investir, pra você poder ter é uma organização melhor na vida, você ter como é que vou explicar você ter querer almejar algo e querer botar um dinheiro ali guardado para investir...”*

S9 *“melhorar a propriedade, melhorar a qualidade dos animais, é um pouco voltado mesmo pra dentro do recurso que a gente conveve no dia a dia”*

As motivações levantadas pela categoria organização financeira nos levam ao conceito de Educação Financeira que vem adquirindo cada vez mais importância na sociedade. Todavia, é importante também perceber as perspectivas possíveis de educação Financeira. A abordagem convencional é a proposta pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a qual o Estado brasileiro é adepto. Nessa abordagem a educação financeira é compreendida como o processo mediante o qual:

consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvam as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas baseadas em informação, para saberem onde procurar ajuda e para realizarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018, p. 16)

Essa abordagem é criticada por Pereira (2015), que propõe um plano nacional de capacitação financeira para demandas econômicas e sociais de famílias financeirizadas. Segundo esta perspectiva, fornecer apenas informações e instrução para a tomada de decisões coloca unicamente sobre o indivíduo o tratamento da educação financeira. Porém, as alternativas colocadas ainda não avançam no sentido de uma educação financeira que seja adequada a uma lógica territorial. Em uma perspectiva prática, a experiência da Cartilha de Educação Financeira e o seu estudo junto aos catadores da Cooperativa Acácia (CAPELATO et al., 2015), indicam caminhos para a incorporação também de questões mais amplas, a exemplo de temas relacionadas ao programa Minha Casa Minha Vida⁸ e conjuntura econômica que são acrescentados aos temas mais comuns da educação financeira, como organização de orçamento pessoal, funcionamento de cartão de crédito, empréstimos entre outros.

As respostas que formaram a categoria “iniciativas de desenvolvimento local” se concentraram na pergunta sobre a possibilidade de um Banco Comunitário na comunidade. Lima (2014), em sua abordagem local para o desenvolvimento, afirma que as potencialidades já existentes nos locais, se incorporadas a um processo de

⁸ Programa de financiamento habitacional que perdurou até 2021 e dava condições especiais de financiamento a famílias com renda até R\$ 7.000,00.

orientação econômica a partir do planejamento, podem contribuir para um desenvolvimento endógeno garantindo a organização da economia local e a tornando menos dependente de fatores de desenvolvimento exógenos. Nesse sentido podem ser observadas algumas potencialidades endógenas na comunidade:

S2 *“Eu acho que seria uma ótima ideia, acho que seria mais um interesse coletivo entendeu? Se fosse dessa forma, porque tem os mercadinhos aqui, a gente sabe se tivesse essa possibilidade de ter serviços aqui, mesmo tanto os consumidores, tanto os donos de mercadinhos ou até o pessoal que tem hortaliças acho que ajudaria bastante, que não tinha essa preocupação de você ir no centro da cidade ou até a praça de São José pra ter que fazer algum serviço desse tipo então acho que seria interessante a ideia”*

S9 *“Rapaz isso seria uma ideia ótima, porque quando você faz um banco comunitário com moeda comunitária você de certa forma faz uma rede, uma rede onde você consegue comprar e você consegue vender o que você produz, porque a moeda tá circulando ali entre, é como se fosse um..uma troca de produto um produz o leite, o outro produz o frango..ai vai circulando uma cadeia dentro da comunidade. Então acho que é uma coisa que fortalece, a moeda fortalece o potencial comercial da comunidade, porque não compra só as pessoas da comunidade, vem outras pessoas de fora compra moeda e compra mercadoria, acho que seria uma coisa muito muito interessante mesmo”*

As possibilidades existentes na comunidade corroboram com Lima (2014) e com Mance (2005), que apresenta uma sistematização de processos de construção de redes de desenvolvimento solidário a partir da: difusão do consumo solidário; de reinvestimentos coletivos de excedentes; da colaboração solidária entre os participantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte expressiva da população brasileira ainda acessa os serviços bancários por meio físico. Mesmo com o crescimento do acesso digital, o meio físico ainda é a forma mais importante de relacionamento com os bancos. Os motivos são diversos para isso, dentre os quais estão os altos níveis de exclusão digital e o baixo nível de educação financeira formal, segundo dados do Relatório de Cidadania Financeira produzido pelo Banco Central em 2018⁹

A dissertação buscou apresentar a viabilidade de um banco comunitário na comunidade quilombola da Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana (BA), e como essa técnica da economia solidária pode ser instrumento para a territorialização financeira solidária para o desenvolvimento local com inclusão financeira.

Para isso, inicialmente se abordou como a exclusão financeira se relaciona com a financeirização e o território, uma forma de identificar essa relação se dá pela localização das agências bancárias, que podem promover barreiras de acesso geográfico, por fim o capítulo apresenta como as finanças solidárias possibilita alternativas para inclusão financeira.

No intuito analisar a questão em Feira de Santana, o capítulo 4 traz a distribuição espacial das agências no município, identificando a concentração espacial das agências no centro comercial, deixando a maior parte da área do município desprovida do serviço. A distribuição espacial das agências corrobora com o potencial de ocupação dos espaços desprovidos de agências pelos Bancos Comunitários. Analisando as características da distribuição espacial das agências bancárias em Feira de Santana é visível a existência do que pode se chamar de vazios bancários, ou seja, uma distribuição concentrada em uma pequena porção central do espaço urbano.

Para entender a motivação dos bancos públicos e privados em escolherem essas áreas específicas faz-se pertinente a realização de outra pesquisa, para os interesses deste trabalho importa refletir sobre os caminhos possíveis para a democratização das finanças de acordo com a realidade territorial do município. É

⁹ O Banco Central trienalmente produz o Relatório de Cidadania Financeira, mas até o presente momento não foi divulgado o de 2021.

partir desta necessidade que os Bancos Comunitários podem ser alternativas para a ocupação dos vazios bancários observados nos mapas.

Além da identificação espacial, foram realizadas entrevistas em que tiveram a participação de moradores da comunidade. No distrito, o único serviço financeiro formal existente é uma lotérica e por meio das entrevistas foi possível ter uma visão mais qualitativa da dinâmica financeira local no território. Os questionários sobre as condições de acesso e uso de serviços de financeiros das agências revelaram categorias que por meio da análise de conteúdo identificou que a bancarização como principal caminho para acesso e uso de serviços financeiros pode não ser suficiente para indicar uma melhora inclusão financeira.

A noção de sub bancarização ajuda a entender o porquê apenas a bancarização é insuficiente para a inclusão financeira. Outros fatores relacionados as condições de acesso e uso são mais importantes, as condições sociais e econômicas são primordiais, pois muitas vezes a pessoa pode ter posse de uma conta bancária e usar produtos extremamente básicos como apenas receber salário para realizar o saque do salário.

A análise realizada pelo capítulo 5 por meio dos quadros serviu para comparar as duas hipóteses, a inicial e a hipótese surgida quando realizada a pré-análise das entrevistas. A primeira hipótese, os Bancos Comunitários são instrumentos de territorialização financeira que promove desenvolvimento local com inclusão financeira e a segunda hipótese provisória, que há uma tensão entre territorialização financeira solidária e exploratória.

O sentido da primeira hipótese tinha a ver com responder à questão financeirização da sociedade e os bancos comunitários seriam essa resposta. A segunda hipótese não invalidou a primeira, porém trouxe uma outra perspectiva, pois mesmo com as barreiras existentes as pessoas da comunidade se articulam para viabilizar as demandas financeiras urgentes por outros caminhos, de solidariedade ou informal. Se conclui que os Bancos Comunitários podem responder a um aspecto da exclusão financeira promovida pelas práticas bancárias e pelas práticas informais que também são exploratórias, mas principalmente organizar e potencializar a partir de práticas já existentes a inclusão financeira solidária.

A financeirização da sociedade impõe novos desafios para superação de problemas sociais estruturantes. No que tange as finanças é perceptível que mesmo com os progressos tecnológicos dentro do sistema financeiros e bancário a inclusão

financeira é limitada, isso ocorre principalmente pela orientação de mercado na tomada de decisões, e nesse sentido a viabilidade de uma agência ou de serviços destinados a territórios mais distantes dos centros comerciais não se tornam viáveis do ponto do mercado.

As finanças solidárias, por meio suas técnicas, se constituem capazes de articular desenvolvimento local solidário e inclusão financeira, pois as estruturas e práticas que a compõem priorizam territórios que se tornaram vazios bancários pelo sistema financeiro convencional. Em Feira de Santana é possível observar os vazios pela concentração espacial das agências em áreas de comércio e a falta de estrutura bancária na maior parte do território do município, nas áreas de maior população, de menor renda e rural. Além da vantagem localizacional que possibilita a ocupação dos vazios bancários, e responder a barreira relacionada a categoria acesso geográfico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E da M. e. **Darimon, bancos e crédito: notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 22p. (Texto para discussão; 353). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20353.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2022.
- ALMEIDA, R. M. **Bancos comunitários, moedas sociais digitais e inclusão financeira: uma análise a partir das pressões institucionais e da modelagem social da tecnologia**. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- AMARAL, M. Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo. **Pensata**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 80-96, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/680/34>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório da Cidadania Financeira**. Brasília: Banco Central, 2018. 146 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/Relatorio_Cidadania_Financeira.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BARRETO, S. S. Fundo rotativo solidário e agroecologia: uma análise sobre o financiamento de práticas agroecológicas no baixo sul da Bahia. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. IPEA, nº 68. p. 137-146. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/200519_bmt_68_book.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.
- BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021. DOI <https://doi.org/10.25110/receu.v22i1.8346> Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/view/8346/4111>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BORGES, A. Banco Palmas como uma plataforma de desenvolvimento comunitário. In: MORAIS, L; BORGES. A. (Orgs.). **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2011, p. 249-244. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/415>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- BRAGA, J. C. de S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C; FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Economia Solidária**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CAPELATO, E. et al. Sobre a cartilha de educação financeira e o seu estudo junto aos catadores da cooperativa Acácia. In: CONGRESSO DE EXENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8., 2015, Araraquara. **Anais...** Araraquara: UNESP, 2015, p. 1-5. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/142238>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

CARVALHO, L. A valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018. 192p.

CONTEL, F. B. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CORRÊA, R. L. **Concentração bancária e os centros de gestão do território**. In: CORRÊA, R. L (Org.) Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CROCCO, M. A. Centralidade e hierarquia do sistema financeiro brasileiro. **Economia e Sociedade Brasileiras**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 505-526, abr. 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-63512012000100002>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/kh5F5VtmVC7zMvfcSnCzJmn/?lang=pt>>. Acesso em: 02 mar. 2022.

_____; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 33, n. 3, p. 505-526, set. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000300008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/y3nsMdYWtCzm4JrRPnw6hvk/?lang=pt>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DEMRGÜÇ-KUNT, A. et al. **The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution**. Washington DC: WORLD BANK GROUP, 2017. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29510>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

FRENCH, S.; LEYSHON, A.; WAINWRIGHT, T. Financializing space, spacing financialization. **Progress In Human Geography**, [S.l.], v. 35, n. 6, p. 798-819, 4 jul. 2011. DOI <http://dx.doi.org/10.1177/0309132510396749>. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0309132510396749>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: _____. (Org.) **Planejamento de Pesquisa para Ciências Sociais**. Brasília: UnB/ Instituto de Psicologia/ Laboratório

de Psicologia Ambiental, 2003. cap. 1, p. 1-35. Disponível em:
<https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/lapsam/Texto_11_-_Como_elaborar_um_questionario.pdf> Acesso em: 18 fev. 2022.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: Espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.

HAESBAERT, R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**. [S.l.], v. 26, n.1, jan.2006. Disponível em:
<<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572/3359>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
IANNI, O. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, [S.L.], v. 12, n.2, p.27-32, abr. 1998. Disponível em:
<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. **Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: notas metodológicas e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: Ipea, 2016. Relatório de Pesquisa.

_____. **Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise**. Brasília: IPEA, 2009. (Número 20) Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5202/1/Comunicado_n20_Transforma%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

KRAYCHETE, E. S. Banco e crédito no desenvolvimento da Bahia recente. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 77-96, Jan./Abr. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100005>. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VhWSwjrHkMJ9Qc7KZGYKXCz/?lang=pt>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

LAPAVITSAS, Costas. The financialization of capitalism: profiting without producing. **City**, [S.L.], v. 17, n. 6, p. 792-805, dez. 2013. DOI <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.853865>. Disponível em:
<<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13604813.2013.853865?needAccess=true>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

LIMA, J. R. O. Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local: relação protagonizada pela organicidade das iniciativas. **Outra Economia**, [S.l.], v. 10, n. 18, p. 3-17, 14 jan. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.4013/otra.2016.1018.01>. Disponível em:
<<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1018.01>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MANCE, E. A. **A revolução das redes de colaboração solidária**, 2005. Disponível em:
<http://www.solidarius.net/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MARTINS, R. D.; CALDAS, E. de L. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 207-218, jul./ dez. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1518-70122009000200008>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/tGyLz5bHDcNv6QQmKQ4PBZc/?lang=pt>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: _____ **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Lívia de Carvalho. **Escrevivendo**: escrita de remanescentes quilombolas no domínio escolar e na vida cotidiana: uma abordagem dialógica. 2014. 499 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2189>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 237-248, set. 1993. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MORAES, J. et al. Função de Bancos Comunitários. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S.I.], v.3, n.2, p. 161-181, maio / ago. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/9892/11618>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

OLIVEIRA, D. S. Recursos formativos na comunidade quilombola de Lagoa Grande - Feira de Santana (BA). In: Jornada de Agroecologia da Bahia, 6., 2019, Serrinha. **Anais...** Serrinha: IFBaiano, 2019. Disponível em: <<https://revista.lapprudes.net/index.php/CM/article/view/361/348>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

OLIVEIRA, M. L. R. de. Reflexões sobre o uso de metodologias participativas como instrumento de trabalho em comunidades rurais. **Em Extensão**, [S.I.], v. 14, n. 1, p. 30-51, 12 ago. 2015. DOI https://doi.org/10.14393/REE-v14n12015_art02. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/28003/pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

OLIVEIRA, F. de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania EAESP/FGV, 2001, 40p.

PALLUDETO, A. W. A.; FELIPINI, A. R. Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. **Economia e Sociedade**, [S.I.], v. 28, n. 2, p. 313-337, ago. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art02>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/rw3jDjmWPgZGjxvcFpmQLGC/?lang=pt#:~:text=Hist>>

%C3%B3rico-
,Resumo,a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20software%20VOSviewer.&text=Uma%20primeira%20vertente%20remete%20%C3%A0,maximiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20valor%20ao%20acionista.>. Acesso em: 18 fev. 2022.

PRADO, E. F. S; Exame crítico da teoria da Financeirização. **Crítica Marxista**, [S.I.], n.39, p.13-34, 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_26_4039.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

REDE DE CENTROS DE FORMAÇÃO E APOIO À ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária**. Brasília: REDE CEFES, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/samaramartuchelli/docs/livro_cfes>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RIBEIRO, E.P; ALVES-PIRES, C.C; PONDÉ, J.L; PRADO, L.C.D; BARBOSA, G.H.C. **Inclusão Financeira e o Perfil dos excluídos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Instituto Propague, 2020. Disponível em: <<https://institutopropague.org/livros/ebook-inclusao-financeira-e-o-perfil-dos-excluidos-no-brasil/>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, [S.L], ano 13, n. 31, p. 70-107, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21895>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária” **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Jan./Mar 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/xkJX7X738ByCfDLXW8KFKjc/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, I. S. dos.; OLIVEIRA, J. R.; SANTOS, W. F. dos. **Sabores do Quilombo da comunidade quilombola de Lagoa Grande**. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé - Governo da Bahia. 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1E25hTa8vqbOITdMBLUKCHPVNParOuITu/view>>. Acesso em: 28 maio. 2022.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, G. dos S. et al. Agricultura Familiar, Economia Popular e Solidária e comercialização: “boas expectativas” como resultado de estudo da comunidade quilombola de Lagoa Grande, Feira de Santana-BA. **Revista Extensão e Cidadania**, [S.I.], v.6, n.11, p.13, 2019. DOI: 10.22481/recuesb.v6i11.5872. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/5872>>.

Acesso em: 28 maio. 2022.

SINGER, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YUNUS, M. **Banker to the poor**: micro-lending and the battle against world poverty. New York: Public Affairs, 2011. 312p.

APÊNDICE A – Bancos comunitários atualmente existentes no Brasil, filiados à
Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Região	Estado	Município (Bairro)	Município	Nome do Banco
Norte	Pará	Santa Izabel (Carapuru)	Santa Izabel	Rio Carapuru
		Ananindeua (Paar)	Ananindeua	Paar
		Curralinho	Curralinho	Rio Canaticú
		Muaná	Muaná	Pracaubense
		Belém (Mosqueiro)	Belém	Tupinambá
		Belém (Outeiro)	Belém	Caratateua
		Belém	Belém	Alachester Bank
		Belém	Belém	Cajueiro
		Belém (Castanheira)	Belém	Castanheira
		Santo Antonio do Tauá	Santo Antonio do Tauá	Tauense
		Igarapé-Miri	Igarapé-Miri	Miri
		Jacundá (Alto Paraíso)	Jacundá	Paraíso
		Marituba (Marituba 1)	Marituba	Mari
	Acre	Rio Branco (Vitória)	Rio Branco	Vitória
		Rio Branco (Triângulo Novo)	Rio Branco	Triângulo
	Amapá	Macapá	Macapá	Fazendinha
		Laranjal do Jari (Centro)	Laranjal do Jari	Farol
	Roraima	Guajará-Miri (Cerraria)	Guajará-Miri	Pérola do Mamoré
	Amazonas	Manaus	Manaus	Colonial
		Barreirinha	Barreirinha	Ariramba
		Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos	Boa Vista do Ramos

		Manaus	Manaus	Nova Aliança
		Manaus	Manaus	Mauá
		Manaus	Manaus	Poraque
		Manaus (Morro da Liberdade)	Manaus	Conquista
		Manaus (Colônia Antônio Aleixo)	Manaus	Liberdade
		Parintins (São Benedito)	Parintins	Parintins
Nordeste	Bahia	Cachoeira	Cachoeira	Cidadania Quilombola
		Cairu	Cairu	Casa do Sol
		Canavieiras	Canavieiras	Resex
		Ouriçangas	Ouriçangas	Fonte de Água Fresca
		Salvador	Salvador	Guine
		Simões Filho	Simões Filho	Ecoluzia
		São Francisco do Conde	São Francisco do Conde	Ouro Negro
		Vera Cruz	Vera Cruz	Ilha Mar
		Camaçari	Camaçari	Abrantes
	Sergipe	Barra do Coqueiros	Barra do Coqueiros	Dunas
	Alagoas	Limoeiro de Anadia	Limoeiro de Anadia	Limoeiro de Anadia
		Maceió	Maceió	Banco Comunitário Laguna
		Igaci	Igaci	Olhos D'água
	Paraíba	João Pessoa	João Pessoa	Jardim Botânico
		João Pessoa (São José)	João Pessoa	Muçubank
		Remigio	Remigio	CEPAG

		Lagoa de Dentro	Lagoa de Dentro	Lagoa
Rio Grande do Norte		São Miguel do Gostoso	São Miguel do Gostoso	Banco Solidário do Gostoso
		Pureza	Pureza	Pureza
Piauí		São João do Arraial	São João do Arraial	Cocais
		Pedro II	Pedro II	Rede Opala
		José de Freitas	José de Freitas	Livramento
		Esperantina	Esperantina	Retiro
		Porto	Porto	Porto Marruás
Maranhão		Alcântara	Alcântara	Quilombola
Ceará		Acarape	Acarape	Vale Acarape
		Acarau	Acarau	Dunas
		Beberibe	Beberibe	Bandesb
		Caridade (Campos Belos)	Caridade	Pe Quiliano
		Cascavel	Cascavel	Bandesc
		Caucaia	Caucaia	Potira
		Choró	Choró	Sertanejo
		Chorozinho	Chorozinho	Rio Choro
		Fortaleza (Pirambú)	Fortaleza	Pirambu
		Fortaleza (Granja Portugal)	Fortaleza	Rio Sol
		Fortaleza (Conj Palmeiras)	Fortaleza	Palmas
		Fortaleza (Sitio São João)	Fortaleza	São João
		Fortaleza (Edson Queiroz)	Fortaleza	DendeSol
		Ibaretama	Ibaretama	Serra Azul
		Irauçuba	Irauçuba	Bancart

		Irauçuba (Cruzeiro)	Irauçuba	Amizade
		Irauçuba (Juá)	Irauçuba	Juazeiro
		Itaitinga	Itaitinga	Itasol
		Itarema (Almofala)	Itarema	Tremembé
		Juazeiro do Norte (Timbaúbas)	Juazeiro do Norte	Timbaubas
		Madalena (Macaoca)	Madalena	Bansol
		Maracanaú	Maracanaú	Paju
		Maracanaú (Jereissati)	Maracanaú	Jaçana
		Maranguape	Maranguape	Empreendedores
		Maranguape (Itapebussu)	Maranguape	Itapebussu
		Mauriti	Mauriti	Buriti
		Monsenhor Tabosa	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas
		Ocara	Ocara	Ocards
		Pacatuba	Pacatuba	Pacatubano
		Palhano	Palhano	Artpalha
		Palmácia	Palmácia	Serrano
		Paracuru	Paracuru	Par
		Paramoti	Paramoti	Frei Diogo
		Quixadá	Quixadá	Quixadá
		Tamboril	Tamboril	Feiticeiro
		Tauá	Tauá	Quinamuiu
Centro Oeste	Distrito Federal	Cidade Estrutural	Cidade Estrutural	Estrutural
		Itapoã	Itapoã	Itapoã
		Planaltina (DF)	Planaltina (DF)	Planaltina

	Goiás	Iporá	Iporá	Pequi	
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã	Ponta Porã	Ita	
		Dourados	Dourados	Pirê	
		Anastácio	Anastácio	Pantanal	
	Mato Grosso	Rondonópolis	Rondonópolis	Cerrado	
		Alta Floresta	Alta Floresta	Raiz	
		Serra (Jacaraípe)	Serra	Mar	
	Sudeste	Espírito Santo	Serra (Planalto Serrano)	Serra	ABraço
			Serra (Central Carapina)	Serra	Passarela
Serra (Vila Nova de Colares)			Serra	Viver	
Vitória (Nova Palestina-São Pedro) Vitória				Puã	
Cariacica (Vista Dourada)			Cariacica	Sol	
Vitória (São Benedito)			Vitória	Bem	
Pedro Canário - Cristal do Norte			Pedro Canário	União	
Cariacica (Nova Rosa da Penha II) Cariacica			Cariacica	Esperança	
Vila Velha (Ataíde)			Vila Velha	Verde Vida	
Vila Velha (Terra Vermelha)			Vila Velha	Terra	
São Paulo		Carapicuíba	Carapicuíba	Tonato	
		São Paulo (Inácio Monteiro)	São Paulo	Paulo Freire	
		São Paulo (Jardim Apuanã)	São Paulo	Apuanã	
		São Carlos (Jardim	São Carlos	Nascente	

		Gonzaga)		
		São Paulo (Jardim São Luís)	São Paulo	Autogestão
		São Paulo (Jardim Maria Sampaio)	São Paulo	União Sampaio
		São Bernardo do Campo (Jardim Silvina)	São Bernardo do Campo	Padre Leo Commissari
	Rio de Janeiro	Várzea Paulista (Vila Real)	Várzea Paulista	Orquídea
		Rio de Janeiro (Cidade de Deus)	Rio de Janeiro	Cidade de Deus
		Niterói (Charitas)	Niterói	Preventório
		Silva Jardim	Silva Jardim	Capivari
		Maricá	Maricá	Mumbuca
		Duque de Caxias (Saracuruna)	Duque de Caxias	Saracuruna
		Rio (Capital)	Rio	Fundinho
	Minas Gerais	Chapada Gaúcha	Chapada Gaúcha	Chapadense
		Esmeraldas	Esmeraldas	Esmeralda
		Teófilo Otoni (Teófilo Rocha)	Teófilo Otoni	Banclisa
Sul	Santa Catarina	Florianopolis	Florianopolis	ICOM
		Florianópolis	Florianopolis	Costeira
	Rio Grande do Sul	Cascata	Porto Alegre	Cascata
		Sarandi	Porto Alegre	Justa Troca

Fonte: <https://bancomunicipal.org/>;

https://docs.google.com/spreadsheets/d/12IJVqNnxLU_gXSVDsQjPqbctrFz2EdY1/edit#gid=1670881705

Acesso em: 20/05/2022.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada utilizada na pesquisa**Questionário sobre acesso ou exclusão financeira**

O objetivo desta pesquisa é analisar as possibilidades de territorialização financeira que viabilizariam iniciativas de finanças solidárias na comunidade de Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana. O proponente deste projeto busca desenvolver uma Pesquisa Social, uma vez que o tema pesquisado se relaciona com a situação social de exclusão financeira, realidade que tem níveis diferentes de manifestação de inclusão e exclusão a depender da posição social de cada sujeito. Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador Davi Mendes Leite ou com seu orientador, Prof. José Raimundo Oliveira Lima, cujo endereço está descrito abaixo. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), cuja finalidade é proteger os participantes da pesquisa. O mesmo situa-se na UEFS, Módulo1, MA17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana - Bahia, CEP: 44036-900). Contatos: telefone (075) 3161- 8124; e-mail: cep@uefs.br. Horário de funcionamento: das 13:30h às17:30h.

Informações Socioeconômicas do Entrevistado**Nome:****Data da entrevista:** _____/_____/_____ (dia/mês/ano)**1. Sexo:** _____**2. Idade:** _____**3. Qual é sua cor/raça/etnia?** Branca Preta Parda Amarela Indígena**4. Tem alguma fonte de Renda?** Assalariado/setor público Assalariado com carteira Assalariado sem carteira Autônomo/empreendedor Empregador/dono de negócio familiar Trabalhador familiar Doméstico com registro Doméstico sem registro Aposentado/pensionista Aluguel

- Outras fontes
- Programas Sociais (Qual?) _____
- Não tem renda
- Não sabe
- Seguro-desemprego
- Auxílio INSS

5. Qual nível de escolaridade?

- Pré-escola/ não alfabetizado.
- Analfabeto
- Alfabetizado
- Fundamental Incompleto
- Fundamental Completo
- Médio Incompleto
- Médio Completo
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Pós Graduação

6. Qual é sua renda?

Acesso a Serviços Financeiros

1. Tem conta bancária?

- SIM
- NÃO. Por que?
Gostaria de ter conta bancária?

2. Há quanto tempo?

3. Se a resposta da pergunta 1 for SIM:

- Banco Público (Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste)
- Banco Privado (Bradesco, Santander, Itaú Unibanco)
- Cooperativa.
- Banco Digital

4. Quais serviços utiliza?

- Saque
- Conta Corrente
- Poupança
- Cartão de crédito
- Empréstimo

- Investimento Financeiro
- Outros. Qual? _____
 - a. Se a resposta for NÃO tem conta, qual o motivo?
- 5. Qual meio de acesso a conta?
 - Agência
 - Caixa eletrônico 24h
 - Correspondente Bancário
 - Celular
 - Computador
 - Outra. Qual? _____
- 6. Você está satisfeito com o serviço bancário?
 - Sim
 - Não
 - Por que? _____
- 7. Caso tenha conta em agência, onde se localiza? A distância dificulta o acesso?
- 8. Existe alguma dificuldade ou preocupação ao usar serviços bancários? Quais?
- 9. Na comunidade ou em locais próximos tem algum serviço financeiro que utiliza, formal ou informal? Se sim, qual?
- 10. O que mais te interessa em ter acesso a serviço financeiro?
- 11. O que mudaria se você tivesse acesso a serviços financeiros dentro da comunidade?
- 12. O que você acha da possibilidade de serviço financeiro organizado por um Banco comunitário da comunidade?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE
SANTANA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL MESTRADO PROFISSIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada TERRITORIALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A possibilidade de um banco comunitário na comunidade da Lagoa Grande, no distrito de Maria Quitéria. Sendo responsáveis o Professor José Raimundo Oliveira Lima e o estudante Davi Mendes Leite do curso de Mestrado em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O objetivo é analisar as possibilidades de territorialização financeira que viabilizariam a implantação de um banco comunitário na comunidade de lagoa grande no distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana. O proponente deste projeto, busca desenvolver uma Pesquisa Social, uma vez que o tema pesquisado se relaciona com a situação social de exclusão financeira, realidade que tem níveis diferentes de manifestação de inclusão e exclusão a depender da posição social de cada sujeito. A partir do acesso a serviços financeiros ofertados pelos Bancos Comerciais, é possível quais setores sociais tem mais acesso ou não, dessa forma o acesso desigual a serviços financeiros reflete problemas estruturantes do tipo de desenvolvimento fomentado pelos governos. Assim a partir dessa pesquisa pretende-se analisar a viabilidade de implantação de um Banco Comunitário na comunidade, e dessa forma obter informações para análise de possíveis caminhos para inclusão financeira. O caminho que iremos percorrer para esta pesquisa, a leitura bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, pretende ao fim desta pesquisa retornar a comunidade apresentando os resultados e dessa forma a comunidade dispor de mais um instrumento que possibilite pensar sobre seu próprio desenvolvimento. Desta forma, convidamos você a participar desta pesquisa que se dará por meio de entrevista, a qual contém questões sobre a realidade financeira e de trabalho de cada entrevistado/a. Esta pesquisa não atingirá intimidade de seus participantes, e tão pouco será realizada qualquer tipo de intervenção ou modificação nas fisiologias destes, sendo, por isso considerada uma pesquisa de risco mínimo. Caso alguma questão não seja entendida podemos esclarecer, e se alguma questão lhe causar constrangimento ou vergonha, você tem o direito de não responder. Diante de eventuais danos, o participante da pesquisa receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa, assistência integral ao participante da pesquisa, é aquela prestada para atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa. É importante ressaltar que estas informações serão utilizadas somente para fins desta pesquisa e os dados serão resguardados na instituição sob nossa responsabilidade com garantia de sigilo e privacidade das informações. Todas as

páginas deste documento estarão assinadas pelo pesquisador responsável e pelo participante/pesquisador legal em duas vias. Caso desista de participar deste estudo, poderá fazê-lo a qualquer momento durante a entrevista, sem que haja nenhum tipo de consequência, nem custo financeiro. Eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa ou dela decorrentes serão ressarcidas financeiramente ou custeadas pelos pesquisadores. Os depoimentos dados, após serem utilizados, ficarão sob a responsabilidade dos pesquisadores, armazenados em sistema computacional próprio e de uso restrito, sob a guarda da UEFS. Os resultados obtidos através desse estudo serão apresentados na dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Territorial, além da divulgação em possíveis eventos como congressos, seminários, artigos, revistas e produções científicas em geral. Ademais, o estudante Davi Mendes Leite se compromete a apresentar à comunidade Quilombola da Lagoa Grande o produto final da pesquisa. O seu anonimato será assegurado. Caso aceite participar, pedimos sua autorização para entrevista através da assinatura deste documento, o qual possui duas vias. Uma destas ficará com você e a outra conosco. Em caso de dúvidas ou maiores informações sobre a pesquisa, poderá entrar em contato com o pesquisador José Raimundo Oliveira Lima, cujo endereço está descrito abaixo. Para obtenção de esclarecimentos sobre a pesquisa do ponto de vista ético poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UEFS), cuja finalidade é proteger os participantes da pesquisa. O mesmo situa-se na UEFS, Módulo 1, MA 17 (Avenida Transnordestina, S/N, bairro Novo Horizonte, Feira de Santana - Bahia, CEP: 44036-900). Contatos: telefone (075) 3161- 8124; e-mail: cep@uefs.br. Horário de funcionamento: das 13:30h às 17:30h.

Pesquisador responsável

Participante de pesquisa

Agradecemos sua Colaboração.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2020

Orientador: Prof.º José Raimundo Oliveira
Lima
Av. Transnordestina, s/n.
DCHF/UEFS/Mód. VII
Responsável/ DCHF/UEFS NEDET Sisal
Contato: zeraimundo@uefs.br Celular: (75)
999723260

Mestrando: Davi Mendes Leite
Contato: daviplanter@gmail.com
Celular: (7) 991064928
Endereço: Rua D, nº 48, Ap 02
Bairro: Campo Limpo
CEP: 44034-265
Feira de Santana - BA